

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DILSON WIMES DE SANTANA E VENDA**

**DESEMPENHO DA AGRICULTURA ANGOLANA E SUAS  
POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

**CRICIÚMA**

**2018**

**DILSON WIMES DE SANTANA E VENDA**

**DESEMPENHO DA AGRICULTURA ANGOLANA E SUAS  
POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Melissa Watanabe

**CRICIÚMA**

**2018**

**DILSON WIMES DE SANTANA E VENDA**

**DESEMPENHO DA AGRICULTURA ANGOLANA E SUAS  
POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 25 de junho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Melissa Watanabe- Doutora- (UNESC) - Orientador

Prof. Miguelângelo Gianezini -Doutor - (UNESC) Examinador

Prof. Alex Sander Bristot, de Oliveira - Mestrando - (UNESC) Examinador

Dedico o meu trabalho de conclusão do curso a DEUS pela proteção, aos meus queridos e amados pais Wimes e Julia, familiares, amigos e namorada Brígida Sofia. Obrigado por toda força e amor recebidos de vossa parte. Amo-vos muito!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS, por tudo que é, e tem feito em minha vida, pela sua proteção divina, pelos caminhos percorridos e a firmeza nos meus propósitos.

Ao meus pais amados que amo incondicionalmente, sempre estiveram presentes na minha vida, a todo momento me incentivaram as coisas positivas sobretudo a dedicação na escola e a educação. Sou grato também aos meus amigos, familiares e namorada, sempre me deram força para continuar a lutar pelos meus sonhos e objetivos, me ensinaram a viver com dificuldades, a não desistir diante de situações difíceis.

Agradeço também aos meus professores durante o curso todo, que com eles muito aprendi, teorias e práticas, e o que realmente é ser um economista, e não simplesmente pelo aprendizado em salas de aulas, mais também as experiências de vida contadas por cada um, vos considero uma fonte rica de conhecimento produtivos. Aos meus colegas economistas sobretudo os Angolanos que muito aprendi com eles, pelos estudos, debates e trabalhos em grupos, também sou grato pela Universidade (Unesc) o respeito e consideração, a todos os funcionários que fazem parte desta linda instituição pelo carinho e sobretudo o profissionalismo.

Agradeço infinitamente a minha orientadora professora Dr<sup>a</sup> Melissa Watanabe pelo seu caráter honesto, incentivo no trabalho, generoso humor, pela dedicação e ideias construtivas que me ajudaram na conclusão desse trabalho, a minha imensa gratidão. Gratifico especialmente aos professores Amauri de Souza Porto Júnior e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, pela ajuda e carinho ao longo do projeto, a dedicação para composição da pesquisa, pelas correções e orientações, a professora Natália Martins Gonçalves pela ajuda, disponibilidade e por ter começado comigo essa pesquisa. Por fim agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indireta fizeram parte do meu percurso acadêmico.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,  
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre  
aquilo que todo mundo vê. ”

Arthur Schopenhauer

## RESUMO

O presente estudo tem o objetivo analisar o desempenho da agricultura angolana e sua inserção no comércio internacional no pós-guerra angolano, que se refere a partir da década de 1990. Buscou assim responder as potencialidades da agricultura angolana e suas dificuldades para participação no comércio internacional. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa com delineamento documental, pois o mesmo foi elaborado com base em artigos científicos e das instituições do governo. Como desafios institucionais das bases governamentais angolanas foram encontradas destruição de infraestruturas e capacidade produtiva, sobrevalorização de taxa de câmbio, instituições frágeis e falta de pessoal capacitado, sistema de investigação agrária deficiente, impacto físico, político e humanitário de décadas de guerra civil e conflito. Como potencialidades constataram-se os produtos mais cultivados em Angola destacando a mandioca, banana e a batata-doce, com uma capacidade produtiva, em um contexto aparentemente desfavorável, porém com uma excelente adaptação das culturas às diversas condições edafoclimáticas nacionais. Desenvolvimento de novos produtos para exportação, o qual se pode destacar igualmente a produção de produtos geradores de biocombustíveis (etanol e biodiesel). A terra arável em que corresponde a 47% da superfície de terra do país, sendo aproximadamente de 35.000.000 ha, estando disponíveis. A balança comercial de alimentos agrícolas angolana vem crescendo nas últimas décadas. Apesar do seu crescimento ela se apresenta de forma deficitária, e esse déficit vem aumentando significativamente ao longo dos anos, tornando a balança comercial de alimentos agrícola mais desigual, com uma predominância das importações. Em geral, Angola ao melhorar sua capacidade de desenvolvimento tecnológico na agricultura, o país irá construindo simultaneamente resultado útil tanto para os produtores via aumentos contínuos na oferta de alimentos básicos como para a população em geral. À medida que o ambiente social, político e econômico se tornam mais propício, e que as infraestruturas de auxílio à produção se tornam operacionais, com aplicação de políticas públicas presume-se uma aquisição crescente da atividade agrícola e da geração de empregos. A reabilitação da rede viária constitui um importante fator de catálise para desencadear e sustentar este processo.

**Palavras-chave:** Angola. Agronegócio. Potencialidades. Comércio Exterior.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Órgãos de Soberania de Angola .....	20
Quadro 2 - Problemas e potencialidades 2009 a 2013 .....	69

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Angola.....	18
Figura 2–Grandes regiões agrícolas de angola.....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano 2002 a 2015 .....	23
Tabela 2 - Fonte de Água melhorada (% da população com acesso) 1990-2015.....	24
Tabela 3 - Instalações de Saneamento básico melhorado (%com Acesso) 1990 - 2015 .....	25
Tabela 4 - Estrutura Etária da População por Sexo 2014 .....	26
Tabela 5: Dados da produção agrícola no mundo 2006-2014 .....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Soma de Crescimento do PIB (% anual) 2005 a 2015. ....	21
Gráfico 2- Soma de Inflação, Deflator do PIB (%anual) 2005 - 2015. ....	22
Gráfico 3- Esperança de e Taxa de Fertilidade (1990 - 2015). ....	27
Gráfico 4- Principais culturas agrícolas em Angola de 1990 a 2002 (Toneladas) ....	50
Gráfico 5– Principais culturas agrícolas em Angola de 1990 a 2016 (Toneladas) ....	51
Gráfico 6- Área colhida Por produto de 1990 a 2016 .....	53
Gráfico 7– Principais importações alimentícias agrícolas para Angola de 1990 a 2013 (Toneladas) .....	55
Gráfico 8– Principais importações alimentícias agrícolas para Angola de 1990 a 2013 (Milhões de dólares) .....	56
Gráfico 9– Principais exportações alimentícias agrícolas de Angola de 1990 a 2013 (Toneladas) .....	57
Gráfico 10– Principais exportações alimentícias agrícolas de Angola de 1990 a 2013 (Milhares de dólares).....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BM	Banco Mundial
CASA-CE	Convergência para a Coligação Eleitoral da Salvação de Angola
CEIC	Centro de Estudo e Investigação Científica
CIA	Central Intelligence Agency
CNRF	Centro de Recursos Fitogenéticos
EAE	Empresas Agrícolas Empresariais
EAF	Empresas Agrícolas Familiares
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GEE	Gases de Efeito Estufa
ID	Investigação e Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INE	Instituto Nacional de Estatística
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
MINADER	Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola
MPLA	Combate ao Movimento Popular para uma libertação de Angola
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ODM	Objetivos do desenvolvimento para o Milênio ODM
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organização Não Governamentais
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias
PDC	Programa de Desenvolvimento Comunitário
PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
SADC	Comunidade de Desenvolvimento dos países da África Austral
SEDIAC	Sociedade de Estudo e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial
SOPIR	Sociedade de Perímetros Irrigados
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	PERFIL DE ANGOLA .....	18
1.2	PERSPECTIVA POLÍTICA .....	19
1.3	CONJUNTURA ECONÔMICA.....	20
1.4	INDICADORES SOCIAIS .....	23
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA .....</b>	<b>28</b>
2.1	AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA .....	29
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR .....	30
2.3	AGRICULTURA ORGÂNICA.....	30
2.4	AGRICULTURA DE LARGA ESCALA.....	32
2.5	POLÍTICAS SETORIAIS PARA A AGRICULTURA .....	33
<b>3</b>	<b>COMÉRCIO INTERNACIONAL .....</b>	<b>35</b>
3.1	CORRENTES TEÓRICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: O PROTECIONISMO E O LIVRE-CAMBISMO .....	35
3.2	BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	38
3.3	AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS .....	39
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>42</b>
4.1	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA .....	42
4.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	43
4.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	44
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>45</b>
5.1	DADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, NO MUNDO, NO PERÍODO DE 2006 A 2014: VOLUMES PRODUZIDOS.....	45
5.2	A AGRICULTURA ANGOLANA.....	48
5.3	A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ANGOLA ANTES E DEPOIS DA GUERRA CIVIL .....	49
5.3.1	ÁREA COLHIDA .....	52
5.4	IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRICOLAS DE ANGOLA .....	54
5.5	PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ANGOLA .....	59
5.6	PLANEJAMENTO, PROGRAMAS E POLÍTICA AGRÍCOLA EM ANGOLA .....	61
5.7	CATEGORIAS DE AGRICULTURA .....	63
5.8	CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS ANGOLANOS.....	66
5.9	PROBLEMAS ATUAIS E POTENCIALIDADES .....	67
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Angola é um país situado no continente africano, na região ocidental da África austral. O país passou por um conflito armado que durou 27 anos, na pós-independência, entre os anos 1975 a 2002, deixando um cenário de destruição, desestruturação social e econômica, destruição de infraestruturas, êxodo da população rural. Antes da guerra civil, Angola era autossuficiente em todas as principais culturas alimentares, exceto o trigo. As exportações representaram quase 60 por cento das exportações totais. O contributo das exportações agrícolas agora é insignificante. Agricultura satisfazia a maior parte das necessidades alimentares do mercado nacional (FAO, 2017).

Após 2002, a recuperação do setor agrícola foi seriamente dificultada por alguns fatores:

O colapso do comércio interno e das estruturas de distribuição; níveis insignificantes de crédito interno para agricultura e pecuária, e apoio institucional fraco, capacidade produtiva reduzida ao mero nível de subsistência, destruição das redes de financiamentos, e destruição de algumas empresas privadas que ajudavam na comercialização e distribuição de alguns alimentos. No entanto, o governo fez esforços para renovar a produção agrícola (FAO 2017). O mesmo relatório descrito pela FAO mostra que, não obstante os aumentos dramáticos na produção agrícolas pós-guerra, a conta de importação de alimentos de Angola continua a crescer, isso tem graves repercussões na segurança alimentar, especialmente tendo em conta os rendimentos relativamente baixos da maioria da população. Também torna o sistema de segurança alimentar de Angola mais vulnerável a choques externos de preços dos alimentos. O aumento da produtividade e produção agrícola é, portanto, um dos os principais objetivos de desenvolvimento do governo.

Fundamentado nessas inquietações, tem-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais são as potencialidades da agricultura angolana e suas dificuldades para participação no comércio internacional?

O objetivo geral ficará delineado da seguinte maneira: Analisar o desempenho da agricultura angolana e sua inserção no comércio internacional no pós-guerra angolano. Com base no objetivo listaram-se, os seguintes objetivos específicos:

- Examinar as políticas para agricultura do Governo de Angola no ano

2005 a 2013

- Identificar os volumes produzidos e as áreas plantadas dos principais produtos agrícolas de Angola. (Importação/exportação)
- Descrever os principais produtos das pautas de importação/exportação de Angola.
- Identificar os principais (países) exportadores e importadores de produtos agrícolas de Angola.

Pretendendo-se a cumprir os objetivos almejados, foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, com delineamento documental.

Este tipo de pesquisa busca apenas compreender os fenômenos envolvidos ao problema. Desta forma, analisam variáveis e aponta outros aspectos relacionados no processo como forma de aprofundamento da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). A pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorreram na vida social, política, econômica, e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). A pesquisa documental, desse modo, visa obtenção de resultados por meio de análise dos documentos, fontes de dados e informações. De acordo com Gil (2002): A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos se constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Foi realizada uma pesquisa documental, baseando-se em documentos publicados por meio do Instituto Nacional de Estatística; Banco Mundial; Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação; relatórios do governo, publicações legais, entre outros. Para analisar o desempenho da agricultura angolana e sua participação no comércio internacional.

O presente estudo segue uma abordagem qualitativa para a coleta e a análise dos dados. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares a qual se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos

à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001. p.22), justifica-se esta opção porque o pesquisador busca investigar e desenvolver temas a partir dos dados coletados, sem a utilização de procedimentos estatísticos econométricos, como médias ponderadas, dentre outros, porém com uso de estatística descritiva.

Angola possui uma grande dependência do petróleo, em que sua produção e atividades contribuem mais do que 50% do PIB, mais de 70% da receita do governo e mais de 90% das exportações do país (CIA, 2017). Por outro lado, a agricultura constitui o principal meio de vida para a maioria das pessoas. Por essa razão, faz sentido o tema como forma de contribuir para a compreensão das fragilidades e potencialidades do referido setor agrícola. Dessa maneira, tornar mais visível compreender como o setor poderia colaborar para a melhoria do país, tornando-se assim, uma prática primordial para o desenvolvimento da sociedade, e que diversificar a economia pela agricultura é uma alternativa necessária, de forma a reduzir a dependência do setor petrolífero.

## 1.1 PERFIL DE ANGOLA

Angola é um país situado no continente africano, na região ocidental da África austral (conforme a figura 1), com uma superfície de 1.246.700Km<sup>2</sup>. Aproximadamente 65% do território estão situados numa altitude entre 1.000 e 1.600 metros. O país possui 18 províncias e o nível populacional de 25.789.024 pessoas (INE, 2014), distribuídos principalmente pela costa do país e planalto central. Sendo, Luanda sua capital econômica e política. E tem como fronteira ao norte a República Democrática do Congo, leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano atlântico. A moeda oficial é o Kwanza, e com uma grande quantidade na circulação do dólar norte americano no mercado. A Língua Oficial é o Português e existem cerca 42 línguas nacionais (dialetos), destacando-se o Kimbundu, Umbundu, e o Kikongo, como os mais abrangentes. Em relação ao Clima, Angola tem duas estações: a das chuvas, período mais quente que ocorre entre os meses de setembro a maio, e a do Cacimbo. A do Cacimbo ou Seca é menos quente e vai de maio a setembro (ANGOLA, 2014).

Figura 1- Mapa de Angola



Fonte: Maps of world (2014).

O país possui uma situação geográfica peculiar, por estar na zona intertropical e subtropical do hemisfério Sul, ser próximo ao mar, e pelas especificidades do seu relevo, divide-se em duas regiões climáticas distintas: A Região Litoral - com humidade relativa média anual de 30% e temperatura média superior aos 23°C; A Região do Interior, subdividida em Zona Norte, com elevadas quedas pluviométricas e temperaturas altas, zona de Altitude que abrange as regiões planálticas centrais com uma estação Seca de temperaturas baixas e a Zona Sudoeste, semiárida em consequência da proximidade do deserto do Namibe, extensão do deserto do Kalahari, sujeita a grandes massas de ar tropical continental. As Temperaturas Médias do país são: 27°C máxima e 17°C mínima. A esta diversidade climática corresponde um potencial turístico representado por um patrimônio natural rico em flora e fauna diversificada, possibilitando a prática de todo tipo de atividades de lazer, hobbies e aventuras (ANGOLA, 2014).

## 1.2 PERSPECTIVA POLÍTICA

Angola apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, apesar de ter usado as suas grandes reservas de petróleo para reconstruir o final de uma guerra civil de 27 anos em 2002. Combate ao Movimento Popular para uma libertação de Angola (MPLA), liderada por José Eduardo dos Santos, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, seguida pela independência de Portugal em 1975. A paz parecia iminente em 1992, quando Angola produziu eleições nacionais, mas os combates voltaram a subir em 1993. Até 1,5 milhões de vidas foram perdidas, e 4 milhões de pessoas deslocadas com a insurgência da UNITA e o poder do MPLA. Dos Santos saiu da presidência em 2017, tendo liderado o país desde 1979. Ele aprovou uma nova constituição em 2010, atualmente o chefe de Estado é o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço desde 26 de setembro de 2017 (CIA, 2017).

A República de Angola é um Estado unitário com um regime presidencialista multipartidário. Tem por base a Constituição adotada a 5 de fevereiro de 2010. Tem oficialmente três ramos independentes: executivo, legislativo e judicial (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

Quadro 1 - Órgãos de Soberania de Angola

<b>Poder executivo</b>	<b>Legislativo</b>	<b>Judiciário</b>
Chefe de Estado	Assembleia Nacional	Supremo Tribunal
Conselho de ministros	220 membros	11 Juizes

Fonte: CIA (2018).

Dentre os partidos políticos destacam-se os seguintes:

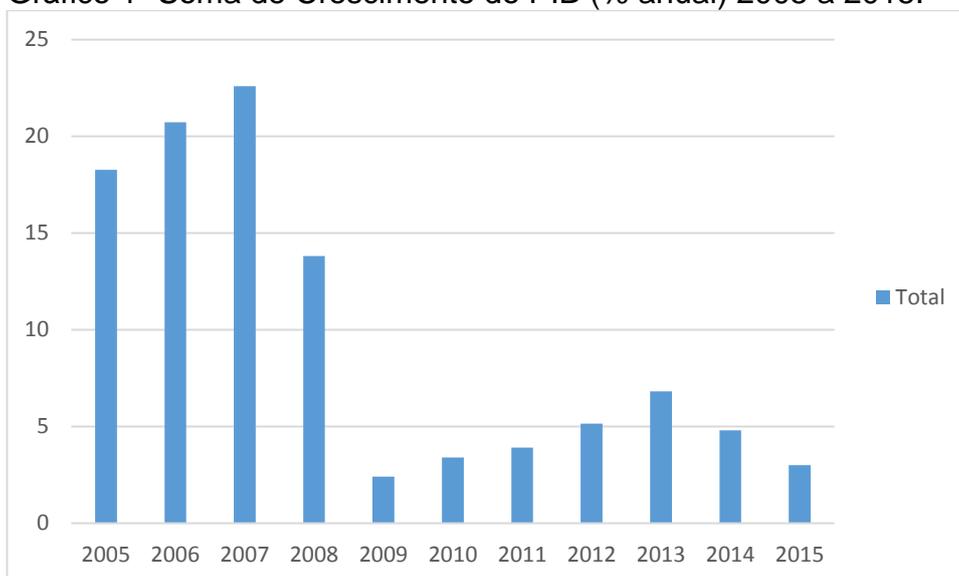
- Ampla Convergência para a Coligação Eleitoral da Salvação de Angola ou CASA-CE liderado por Abel Chivukuvuku.
- Frente Nacional para a Libertação de Angola ou FNLA, liderada por Lucas Ngonda; o outro por NgolaKabangu.
- União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada Por Isaias Samakuva que é o maior partido da oposição.

### 1.3 CONJUNTURA ECONÔMICA

No gráfico 1 é apresentado a soma do crescimento do PIB em percentual anual desde 2005 a 2015. A soma do crescimento do PIB em relação o percentual anual ocorreu de 2005 a 2007 de forma crescente, após isso em 2008 teve uma queda e depois uma redução drástica. Esta desaceleração econômica está fundamentalmente relacionada com a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais ocorrido em 2014 e exacerbada nos anos subsequentes, reduzindo consideravelmente as receitas orçamentais provenientes do petrolífero com reflexos consideráveis na formação do produto interno bruto do país conforme o gráfico 1.

Não obstante os efeitos adversos à economia, esta conjuntura evidenciou a forte dependência da economia nacional nas exportações petrolíferas, acelerando os esforços de diversificação da base econômica do país. A taxa de crescimento do PIB real registou um decréscimo considerável nos últimos 3 anos, tendo atingido níveis de 3,0% em 2015 comparando com os 13,8% em 2008. Claramente duas fases distintas do crescimento econômico em Angola depois da paz: um até 2008, com episódios de variação anual do PIB notáveis, tendo o pico sido em 2005, com 15% e outro máximo ocorreu em 2007 com um valor de 13,9%. Porém, à economia angolana começaram a faltar outros fundamentos para que as taxas de crescimento do PIB do período dourado fossem recuperadas. Isto mostra que deixou de ser suficiente, embora ainda seja necessário, o preço e a produção de petróleo (CEIC, 2017).

Gráfico 1- Soma de Crescimento do PIB (% anual) 2005 a 2015.

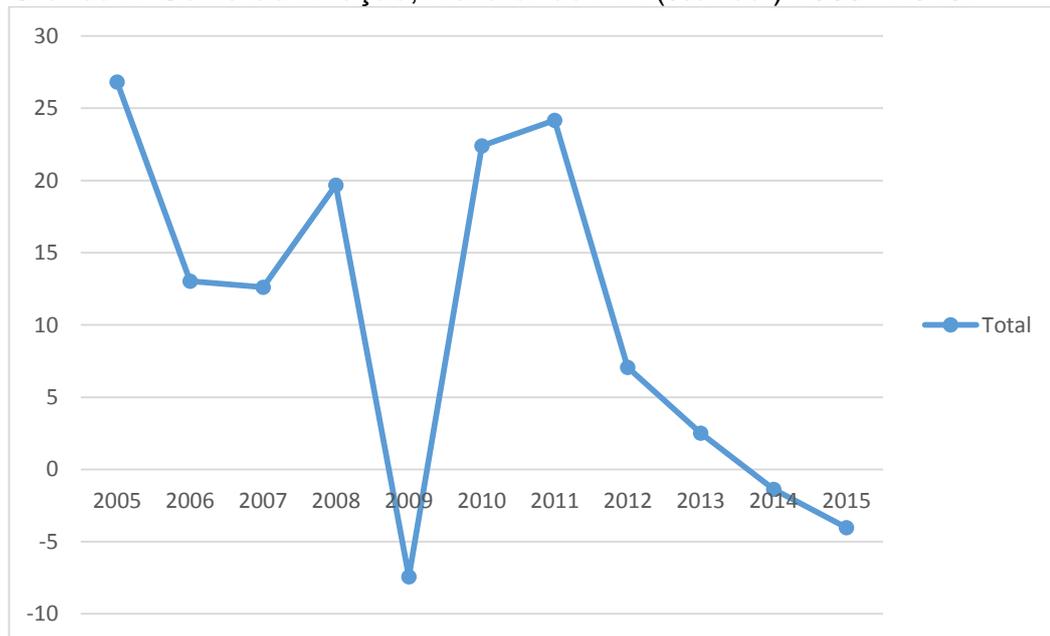


Fonte: Banco Mundial (2005-2015).

No gráfico 2, verifica-se a soma da inflação, Deflator do PIB em % no ano de 2005 a 2015. A soma de Inflação, Deflator do PIB (% anual) ocorreu de 2005 tendo caído no ano de 2006, voltando em 2008 com aumento considerável, após isso teve uma contração drástica em 2009 e seguida de um aumento nos anos posteriores conforme o gráfico 2. No ano de 2003 a 2008 períodos durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e que proporcionaram receitas significativas ao país. Já no ano de 2009 a 2012, em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias, Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e 2009, só se retomando o seu nível anterior em 2012. O principal fator deste ajustamento orçamental em Angola foi à quebra significativa do preço do petróleo no mercado internacional, avaliada em 35,3% de 2008 para 2009 o outro fator de crescimento, as exportações de petróleo, também diminuíram de uma forma significativa no período em referência, tendo passado de 65,3 mil milhões de dólares, para 40,1 mil milhões de dólares. Após contenção dentro de um dígito desde 2012, a taxa de inflação voltou a alcançar os dois dígitos em 2015, cifrando-se a variação do IPC em 14,27% diversos fatores estiveram na base do aumento do índice de preços, nomeadamente a queda do preço do petróleo, as fortes deteriorações do *stock* de Reservas Internacionais Líquidas e consequente desvalorização da moeda nacional, a redução dos subsídios

aos preços dos combustíveis, com as correspondentes implicações sobre os custos de produção e sobre o poder de compra dos consumidores, a redução do ritmo de crescimento da economia, e a carência de bens econômicos, que tem propiciado a especulação, resultam deste incremento, a redução do poder de compra dos operadores do Setor, acrescido a dificuldade de acesso às divisas para importação de fatores de produção.

Gráfico 2- Soma de Inflação, Deflator do PIB (%anual) 2005 - 2015.



Fonte: Banco Mundial (2005-2015).

Entre 2008 e 2012, a produção acumulada de petróleo em Angola diminuiu 11,7%. Imaginam-se os problemas financeiros para o país, porquanto as suas receitas representam 95% das exportações totais e 70% das receitas fiscais do Governo. A taxa média de crescimento neste período foi de 5,5%. O preço do barril de petróleo pode diminuir, de 2012 para 2014, em cerca de 12,5%, preço médio provável em 2014, 97 dólares o barril (CEIC, 2017).

#### 1.4 INDICADORES SOCIAIS

O IDH é importante para a vida econômica e social do país, pois a eficácia na alteração do rendimento em desenvolvimento humano revela que níveis similares de desenvolvimento humano podem ser obtidos com níveis desiguais de rendimento (HENRIQUES; LEANDRO, 2012). O IDH foi criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades devem ser critério final para avaliar o desenvolvimento de um país, não apenas o crescimento econômico. O índice de desenvolvimento humano é uma medida resumida do sucesso médio nas principais dimensões do desenvolvimento humano; como uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente. Lembrando que, o IDH não reflete sobre as desigualdades, a pobreza, a segurança humana, pois existem ainda outros índices para medição de tais variáveis (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

Segundo o relatório de desenvolvimento humano Angola ocupa a posição 150 no ranking de IDH entre os países ficando na frente apenas de 38 países, o que significa que está nos piores lugares do Ranking. Apesar de toda crise ocorrida, o índice de desenvolvimento humano (IDH) aumentou, ou seja, o IDH mesmo com toda uma conjuntura econômica ruim os indicadores sociais se apresentaram de uma maneira crescente.

Tabela 1- Crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano 2002 a 2015

Ano	2002	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDH	0,405	0,495	0,508	0,523	0,527	0,531	0,533

Fonte: Human Development Indicators (2002-2015).

A tabela 2 apresenta a população com acesso a fonte de água melhorada em % no ano de 1990 a 2015.

Tabela 2 - Fonte de Água melhorada (% da população com acesso) 1990-2015.

Ano	%
1990	45,7
1991	45,8
1992	45,8
1993	45,9
1994	46,3
1995	46,1
1996	45,9
1997	45,8
1998	45,7
1999	45,7
2000	45,7
2001	45,7
2002	45,7
2003	45,8
2004	45,9
2005	46
2006	46,2
2007	46,4
2008	46,6
2009	46,9
2010	47,1
2011	47,5
2012	47,8
2013	48,2
2014	48,6
2015	49

Fonte: Banco Mundial (1990-2015)

Conforme a tabela 2 observa-se que apesar da dificuldade com acesso a água, ainda assim ao longo dos anos o percentual de pessoas com fonte de água melhorada tem crescido, mesmo que de forma tímida.

A água potável é um bem de difícil acesso para a maioria da população do Planeta e potencialmente escassa para todos. Esta constatação torna imperioso que se generalizem preocupações e ações de planejamento e de gestão dos recursos hídricos que tenham em atenção aquele dado, no momento de aferir o nível de desenvolvimento de uma sociedade, as dificuldades de acesso à água são incontornáveis. Estas dificuldades podem ser objetivadas pelo grau de condicionamento que representa para a vida das pessoas e coletividades e pelos recursos despendidos, em esforço, de tempo e de dinheiro, para obter a água necessária à sobrevivência e à vida em sociedade (PEREIRA, 2013). O autor mostra

que, o problema do acesso à água era bastante bem evidenciado com o consumo médio diário e por pessoa registrada em Angola, no período 1982-2002.

Na tabela 3 é apresentado as instalações de saneamento básico melhorado dos anos 1990 a 2015.

Observa-se que ao longo dos anos teve um crescimento no que diz respeito às instalações de saneamento básico melhorado. Visto que nos anos 1990 apenas 22,4% da população tinha uma instalação melhorada, o que significa que 77,6% tinham dificuldades de instalação de saneamento básico melhorado, e no último ano do exercício quase que metade da população tem acesso a instalações de saneamento básico.

Tabela 3 - Instalações de Saneamento básico melhorado (%com Acesso) 1990 - 2015

Ano	%
1990	22,4
1991	22,8
1992	23,1
1993	23,5
1994	24,2
1995	25,5
1996	26,8
1997	28,1
1998	29,4
1999	30,8
2000	32,1
2001	33,5
2002	34,8
2003	36,2
2004	37,6
2005	39
2006	40,4
2007	41,8
2008	43,3
2009	44,7
2010	46,2
2011	47,6
2012	49,1
2013	50,6
2014	51,1
2015	51,6

Fonte: Banco Mundial (1990-2015).

A tabela 4 representa a estrutura etária da população por sexo no ano de 2014 publicado pelo INE. De acordo com os resultados definitivos do censo 2014 publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o país dispõe de uma população extremamente jovem. Considerando em simultâneo os grupos etários dos 0-14 anos de idade e dos 15-24 anos de idade, verifica-se que estes dois grupos representa, de 65% da população residente no país. O fosso entre jovens e idosos é enorme, onde apenas 2% da população têm 65 ou mais anos, a causa desse efeito é a hostilidade que fragmentou o país no ano de 1993 com a revolta da UNITA e o poder do MPLA. Estes resultados sugerem que o país tem uma fonte elevada de mão-de-obra, que, com políticas adequadas de formação e emprego, constitui um recurso indispensável para o desenvolvimento dos diversos setores da economia do país.

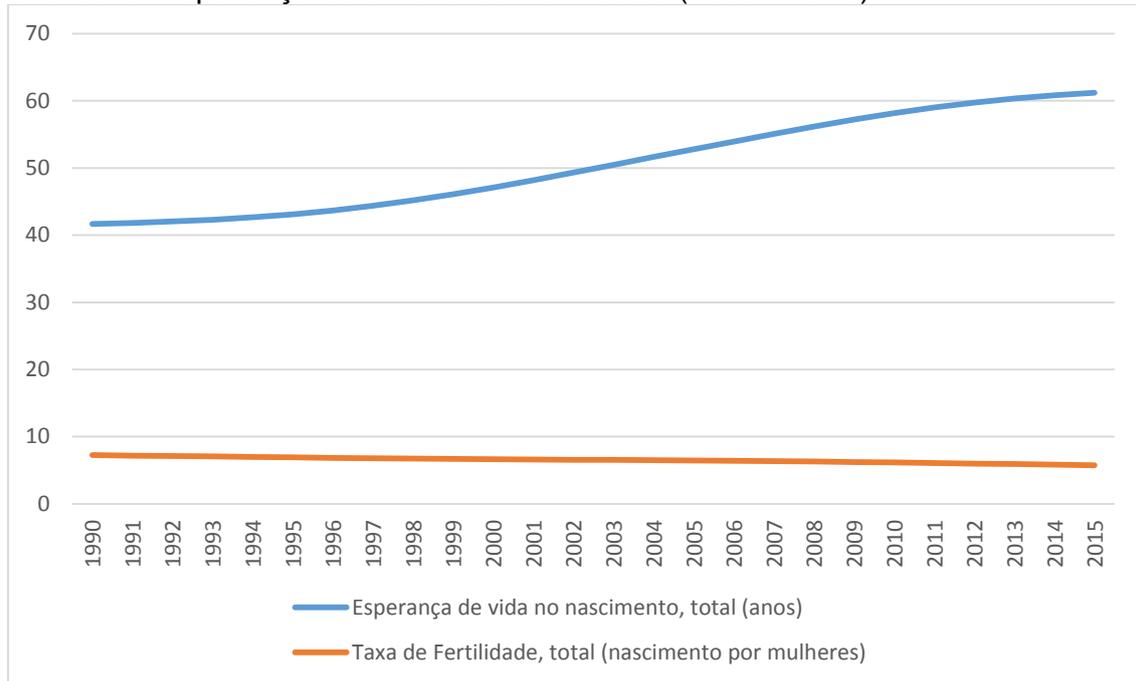
Tabela 4 - Estrutura Etária da População por Sexo 2014

Estrutura estaria	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Angola</b>	<b>25.7890.24</b>	<b>100</b>	<b>12.499.041</b>	<b>100</b>	<b>13.289.983</b>	<b>100</b>
0-14 anos	12.196.496	47,3	6.051.650	48,4	6.144.846	46,2
15-24 anos	4.684.938	18,2	2.243.399	17,9	2.441.539	18,4
25-64 anos	8.295.160	32,2	3.938.886	31,5	4.356.274	32,8
65 ou mais	612.430	2,4	265.106	2,1	347.325	2,6

Fonte: INE, Censo Populacional (2014).

O gráfico 3 apresenta a esperança de vida e a taxa de fertilidade de 1990 a 2015. Observa-se que a taxa de fertilidade ao longo do ano mantém quase estática, ou seja, teve uma ligeira queda não muito significativa. Isso significa que a taxa de mulheres com a idade fértil em relação à taxa de natalidade tem diminuído. Quanto à esperança de vida tem aumentado significativamente ao longo do período analisado conforme o gráfico 3.

Gráfico 3- Esperança de e Taxa de Fertilidade (1990 - 2015).



Fonte: Banco Mundial (1990-2015).

Sabe-se que para alavancar o índice de desenvolvimento satisfatório em determinado território, é necessário um ponto de partida, visto que nessa gênese, estará ou contribuirá para o resultado útil do processo almejado. Entretanto, este ponto de partida carece de um planejamento visionário a fim de obter uma atividade agrícola produtiva e sólida, sabendo que por meio desta base, levará aos grandes centros, meios sustentáveis e conseqüentemente subsídios financeiros, por meio da agricultura, levantados, proporcionará aos gestores meios para investir em políticas públicas básicas essenciais, sendo estas: saúde, educação, moradia, segurança e alimentação acessível a todos, sem distinção de qualquer natureza.

Todavia, seria árduo pensar em desenvolvimento humano e tecnológico sem a prestação da atividade agrícola, pois esta, é um dos pilares de um Estado visto que, numa visão macro, trata diretamente, também, com resultados na balança comercial trazendo desenvolvimento em vários setores, em uns diretamente e outros de forma indireta. Vê-se que existe uma relação diretamente proporcional entre o setor agrícola e os indicadores sociais, quanto maior o IDH de uma determinada sociedade maior a probabilidade de o setor agrícola ser mais desenvolvido, em função de aplicação de métodos modernos de produção ou tecnologia e uma maior distribuição de recursos como água e outros.

## 2 AGRICULTURA

A agricultura é uma atividade que já vem a ser praticada há mais de 15 mil anos:

Foi inventada entre 10 e 15 mil anos atrás e nos últimos dois ou três mil anos evoluíram para belas culturas camponesas, localmente adaptadas e sustentáveis em muitas regiões do mundo, especialmente na Europa, na Ásia, no México, na América Central, nos Andes, e em algumas regiões da África (LUTZENBERGER, 2001, p. 61).

A agricultura foi um dos melhores êxitos da humanidade. Tornando o homem independente dos produtos que a natureza lhe proporciona naturalmente. ” (CASTRO CALDAS ([20--]) ... apud SABINO; CHOVA, 2008, p.44).

De um conjunto de exclusiva recolecção passou a sobreviver com base não só da recolha no meio natural, como pondo também em prática um sistema de produção, tornando-se sedentário, então diversos conceitos são aplicados para a definição de agricultura. De modo geral, agricultura pode ser entendida como uma atividade produtiva responsável pelo sustento alimentar dos seres vivos ou a união de técnicas aplicadas no solo para o cultivo de vegetais destinados à alimentação humana e animal, produção de matérias-primas e ornamentação (FREITAS, 2016).

A agricultura moderna surge a partir dos séculos XVIII e XIX quando, em diferentes regiões do oeste europeu, intensifica-se a adoção de sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras, especialmente as plantas leguminosas, e se aproximam as atividades agrícolas e pecuárias. Essa fase, conhecida como primeira revolução agrícola, resultou em enormes aumentos de produtividade, atenuando os problemas de escassez crônica de alimentos em várias partes da Europa. No final do século XIX e início do século XX, uma série de descobertas científicas e tecnológicas, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram o progresso abandono dos sistemas rotacionais à divisão da produção animal e vegetal (EHLERS, 1999). Segundo Silva (2017) agricultura moderna surge após a primeira fase da revolução industrial, com base na utilização da energia a vapor e da eletricidade. Destina-se ao abastecimento de vários circuitos comerciais, tendo como principal objetivo o maior número de produção possível. Apresenta elevado rendimento. É praticada principalmente nos países

industrializados. Utilizam fertilizantes e máquinas tais como tratores e ceifeiras debulhadoras.

Para autora Silva (2017), a agricultura moderna apresenta várias características e vantagens tais como, utiliza mecanização, produtos químicos, estufas, sistemas de rega; Monocultura; Aproveitamento intensivo do solo; procura o máximo de produção com o mínimo de investimento para alcançar o maior lucro possível; A sua produção destina-se aos mercados nacionais e mundiais; praticam-se principalmente nos países desenvolvidos; tem elevado rendimento e produtividade.

As vantagens da agricultura moderna:

- Beneficia culturas agrícolas, aumentando a produtividade e combatendo as espécies nocivas.
- Salvou várias vidas humanas que morreriam devido a doenças transmitidas por insetos, ratos e outros animais.
- Aumentam a produção de alimentos para uma população crescente.

## 2.1 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

Esse tipo de agricultura como o nome já diz subsistência é bem tradicional:

Agricultura de subsistência (tradicional) é um tipo de agricultura realizado por um pequeno grupo de agricultores cuja finalidade é colher produtos para alimentação da família, ou pequena propriedade onde, geralmente, cultivam-se variados produtos, como arroz, feijão, batata, hortaliças, frutas e também se criam animais. Nessas propriedades, nas quais trabalham as pessoas da família e, quando necessário, alguns empregados, desenvolvem a agricultura familiar (VIDAL; MARTINEZ, 2012, p.30).

Segundo Arbage (2012 p. 187), “a agricultura de subsistência era conduzida por pequenos agricultores, parceiros, meeiros e arrendatários, que produziam para o seu consumo próprio, e seus excedentes eram levados ao mercado interno como moeda de troca. ”

Agricultura de subsistência também é vista, como um sistema de produção agrícola que visa à sobrevivência do agricultor e de sua família. Os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam essencialmente à sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais fortes a qualquer mudança. Assim, quando o sistema se torna infrutífero pode mesmo conduzir a sua perda ou desaparecimento. Naturalmente que os condicionais que podem levar ao desaparecimento do sistema poderão ter razões que não se prendem apenas com as

questões técnicas com, por exemplo, os conflitos armados. Pelo seu lado, a agricultura comercial é, no essencial, uma atividade econômica que faz da venda da produção a sua prioridade (CORREIA, 2013).

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar até hoje é discutida por diferentes pontos de vistas, em que fica difícil acentuar um único conceito para expressar a sua existência. Pois, não é fácil conceituar a agricultura familiar, porque como conceito foi alterando com o passar do tempo, a agricultura familiar corresponde certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento (WANDERLEY, 2004. p. 43).

Silva (2009, p. 4) descreve que “a agricultura familiar se caracteriza pela relação entre terra, trabalho e família, mas apresenta uma especificidade e diferenciação regional/local que assegura sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea.” Já para Wanderley (2003. p. 44), “agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado.” Nesse caso para autora, a agricultura familiar deve ser correspondida dentro de um ambiente socioeconômico. Como foi descrito acima, a agricultura familiar é compreendida em várias vertentes, “uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas”. E outra que alega ser a agricultura familiar (como no caso da brasileira) um conceito em progresso, com consideráveis raízes históricas (ALTAFIN, 2009. p.1).

## 2.3 AGRICULTURA ORGÂNICA

Com base na Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831 de 2003), considera-se um sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização

dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possíveis métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Agricultura orgânica ou biológica, segundo Penteado (2001, p. 9):

O termo orgânico é empregado para designar um dos sistemas não convencionais de cultivo da terra, baseados em princípios ecológicos. A agricultura orgânica é um sistema de produção comprometido com a saúde, a ética e a cidadania do ser humano, visando contribuir para a preservação da vida e da natureza. Busca utilizar de forma racional os recursos naturais, empregando métodos de cultivos tradicionais e as mais recentes tecnologias ecológicas.

Eduardo Ehlers (1999) aprofunda muito a questão da agricultura orgânica excluindo ou só de agrotóxicos, dando ênfase à diversificação de culturas e consideração a conservação do meio ambiente, o autor define a agricultura orgânica como, um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a produção vegetal e alimentação animal, elaborados sinteticamente. Tanto quanto possível, os sistemas agrícolas orgânicos dependem de rotação de culturas, de restos de culturas, esterços animais, de leguminosas, de adubos verdes e de resíduos orgânicos de fora das fazendas, bem como de cultivo mecânico, rochas e minerais e aspectos de controle biológico de pragas e patógenos, para manter a produtividade e a estrutura do solo, fornece nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas invasoras e outras pragas.

De acordo com o art. 1 § 2º da Lei 10.831, a agricultura orgânica compreende todos os sistemas agrícolas que promovam a produção sustentável de alimentos, fibras e outros produtos não alimentos (cosméticos, óleos essenciais etc.) Fonseca (2009) releva que esse tipo de agricultura não deve simplesmente se preocupar com a produção de alimentos, mais também que sejam promovidos de forma sustentável, trazendo consigo uma responsabilidade social, econômica e ambiental. Objetivando maior aperfeiçoamento e qualidade em todos os aspectos da agricultura, porém, interagindo com a humanidade pelo respeito à capacidade natural das plantas, animais e ambientes (FONSECA, 2009).

## 2.4 AGRICULTURA DE LARGA ESCALA

Este tipo de agricultura é voltado exclusivamente para o comércio, e pode ser responsável por crescentes exportados considerável na balança comercial do país, e até certo ponto responsável por parcelas do PIB.

Está vinculada com o objetivo de produzir alimentos para atender à demanda do mercado no âmbito interno e externo de uma determinada região ou país. Transcende a própria atividade agrícola rural, que recebe grande mecanização e profissionalização do setor (REBOUÇAS, 2014s/n).

O agronegócio ou *agribusiness* é um segmento produtivo que já vem a ser praticado a um bom tempo, atualmente tem exercido uma função importante nas economias dos países, sobretudo em desenvolvimento, pois tem contribuído para o crescimento da exportação.

Já em 1957 enunciaram o conceito de agribusiness como sendo a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir dele (DAVIS; GOLDBERG, 1957 apud BATALHA, 2013, p. 5).

De acordo com Pena (2017), o agronegócio sofre críticas a partir de duas concepções: uma de viés econômico-social e outro de cunho ambiental. Sobre essa última posição, é comum os embates no contexto político brasileiro envolvendo os chamados “ruralistas” contra os “ambientalistas”. Esses últimos acusam frequentemente os primeiros de serem os responsáveis pela expansão desordenada das terras cultiváveis no território nacional, expandindo a fronteira agrícola e diminuindo a quantidade de reservas ambientais e áreas verdes. Há também acusações envolvendo o cultivo em áreas de preservação próximas a reservas e parques ambientais, além da poluição de cursos d'água por fertilizantes e outros produtos tóxicos.

No caso do Brasil, percebe-se que o agronegócio é de significativa importância, pois, é o único segmento relevante da economia Brasileira, e que tem, no progresso técnico, o centro de modelo de negócios. E sua importância é tanto maior quanto mais comparada com a baixa produtividade da economia brasileira, em geral, que vem crescendo timidamente nos últimos anos [...] contrapor agricultura a indústria é um conceito superado. Boa parte deste último trabalha em conjunto com a produção

agrícola e demonstra forte dinamismo tecnológico, compondo o que se chama de agronegócio (BUAINAIN et al. 2014).

## 2.5 POLÍTICAS SETORIAIS PARA A AGRICULTURA

As políticas agrícolas são relevantes, não só dentro deste segmento (agrícola), mas também no aumento do mercado interno, geração de emprego e rendas, que pode impulsionar a economia de uma determinada região. Dentre as políticas agrícolas destacam-se as políticas de crédito, preços, estoques, políticas comerciais, de tecnologia e de infraestrutura, estão também às políticas voltadas para o mercado de trabalho e para o de terras. Em geral todas essas políticas tendem a ter impactos diferenciados no curto, médio e longo prazo (BARROS, 2010).

Segundo Arbage (2012, p. 225), “a política agrícola é ramo da política econômica aplicada ao setor primário, formado por um conjunto de medidas que visam à ampliação da produção de alimentos”.

O autor descreve que, a política de preços mínimos, o crédito rural, o seguro agrícola e o subsídio agrícola são alguns dos instrumentos comumente aplicados para alargar a base produtiva primária de um país (ARBAGE, 2012).

As políticas setoriais para agricultura são importantes para uma sociedade, segundo a organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) há uma grande necessidade de garantir que todos tenham acesso a alimentos nutritivos, por tanto foi aplicado uma política para melhorar a nutrição por meio da agricultura, em que os sistemas alimentares satisfazem às necessidades nutricionais das pessoas e ao mesmo tempo contribuem para o crescimento econômico. A função principal do setor da alimentação e da agricultura é alimentar adequadamente as pessoas de maneira a aumentar a disponibilidade, a viabilidade e o nível de consumo de alimentos e dietas variadas, inócuas e nutritivas e que estejam em acordo com a sustentabilidade ambiental. Nesse caso para FAO os programas e os investimentos agrícolas podem ter efeitos mais efetivos na nutrição se adotam princípios tais como: incorporar objetivos e indicadores relativos à nutrição na elaboração das estratégias; avaliar o contexto local para definir atividades adequadas de combate à má nutrição e suas causas; direcionar medidas para as populações mais vulneráveis e melhorar a equidade; manter e aperfeiçoar a base dos recursos naturais; empoderar as mulheres; facilitar a diversidade da produção e aumentar a produção de cultivos ricos em

nutrientes e a pecuária em pequena escala; ampliar os mercados e acesso aos mercados para grupos vulneráveis; entre outros (FAO, 2017).

De acordo o Banco Mundial, o desenvolvimento agrícola é um dos instrumentos mais eficazes para acabar com a pobreza extrema. Pois o Banco tem beneficiado países, fornecendo mecanismos para a diversificação da agricultura, tais como:

Seja climático inteligente, isto é, seja mais produtivo e resiliente diante das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, ajude a reduzir as emissões geradas pela agricultura e pecuária; Melhorar os meios de subsistência e gerar mais e melhores empregos, particularmente para mulheres e jovens; Promover o agronegócio criando cadeias de valor inclusivas e eficientes e Aumentar a segurança alimentar, (i) produzir alimentos mais seguros e nutritivos para todas as pessoas, em todos os lugares e todos os dias (BANCO MUNDIAL, 2017).

O crescimento do setor agrícola é entre duas vezes mais eficaz do que outros setores para aumentar a renda dos mais pobres. Isso é importante para os 78% dos pobres que vivem em áreas rurais do mundo e que dependem principalmente da produção agrícola para sua subsistência. No entanto, tanto o crescimento econômico como a redução da pobreza impulsionada pela agricultura está em risco, assim como a segurança alimentar. O tempo mais quente pode causar uma diminuição de mais de 25% nos rendimentos das culturas. Além disso, as atividades agrícolas e as mudanças no uso do solo são responsáveis por entre 19% e 29% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). As medidas de mitigação neste setor são parte da solução para a mudança climática (BANCO MUNDIAL, 2017).

O estímulo a agricultura é importante quando se infere na corporação de um novo paradigma de progresso econômico, sobretudo em Angola que se objetiva especialmente uma independência do setor petrolífero na economia. Pois não se trata simplesmente de sustentabilidade na garantia nutricional, mas também quanto ao fornecimento de matérias-primas para a indústria transformadora e para a criação de emprego (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013), com isso é necessário para o governo de Angola a criação de políticas setoriais que a bastecem o mercado interno e ao mesmo tempo estimulam a inserção do setor agrícola nacional no comércio internacional no que tange as exportações em larga escala.

### 3 COMÉRCIO INTERNACIONAL

Existem diferentes definições para o conceito de comércio internacional. O comércio internacional pode ser entendido como um bloco de operações transacionais realizada entre países e movida por regras estabelecidas em tratados internacionais assegurando a venda do excedente de produção de um país, ao mesmo tempo em que permite que seu mercado consumidor tenha acesso a mercadoria não disponível localmente, ou o estudo do conjunto das trocas comerciais de bens e/ou serviços entre as diversas nações do globo (DE SOUSA 2009). Para Silva (2014, p. 5) entende-se por comércio internacional, “o fluxo de mercadorias vendidas (exportadas) ou compradas (importadas), bem como dos serviços executados por empresas nacionais no exterior ou feitas por empresas estrangeiras no próprio país. ”

Segundo Mesquita (2013, p. 9):

O comércio internacional é uma das áreas em que mais claramente sobressai a necessidade da cooperação entre os países ainda que ações unilaterais possam ser vantajosas, o que está longe de ser óbvio quando se considera o conjunto dos interesses específicos em cada país, a experiência demonstra que essas vantagens podem ser anuladas por medidas equivalentes adotadas pelos demais. O equilíbrio resultante é inferior ao que pode ser obtido com cooperação, ou seja, com a disposição para vincular-se a regras mutuamente acordadas.

O autor explica que tais negociações podem ser realizadas bilateralmente, diferenças entre o que é aplicado a diferentes países, no entanto, causam custos de administração e perda de eficiência. A melhor maneira de assegurar a uniformidade das regras é através de um sistema “multilateral”, do qual participem, idealmente, todos os demais países. Ainda assim, a política comercial oferece instrumentos para alterar a distribuição de recursos dentro de cada país, o que gera resistências à perda de autonomia que decorreria dos acordos comerciais (MESQUITA, 2013).

#### 3.1 CORRENTES TEÓRICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: O PROTECIONISMO E O LIVRE-CAMBISMO

Mais recentemente e como consequência do fenômeno da globalização, surgiu à designada economia política internacional, que visa articular os problemas da economia internacional com as dimensões econômica, nacional e internacional utilizando instrumentos da ciência econômica, da ciência política e da sua própria

disciplina (economia política das relações Norte-Sul, das relações petrolíferas ou energéticas internacionais, das empresas multinacionais). As principais áreas de intervenção da economia internacional são as teorias e políticas do comércio internacional, as finanças internacionais e as políticas macroeconômicas internacionais (SOUSA, 2009, p. 12). Segundo o mesmo autor, para sistematização do estudo do comércio internacional convém analisar as duas correntes que extremam as teses sobre o tema: O livre-cambismo e o protecionismo.

As teses protecionistas defendem a criação de obstáculos para dificultar a comercialização de mercadorias. Justificam tal posição como necessária à proteção da economia nacional contra ações especulativas que possam pôr em risco a manutenção do emprego, contra o exacerbamento do *dumping* social ou mesmo escassez de setores de atividade. Para fundamentar suas teses os protecionistas evocam o fato de o comércio internacional não beneficiar igualmente todos os países, uma vez que os recursos naturais não estão uniformemente distribuídos, que o desenvolvimento das tecnologias não é igual ao redor do mundo e que as demandas se comportam de forma diferenciada. Na outra extremidade, as doutrinas livre-cambistas advogam que o Estado não deverá interferir criando obstáculos ao comércio internacional. Dessa forma, os livre-cambistas são adeptos da livre concorrência, da livre iniciativa, da regulamentação do comércio e da divisão internacional do trabalho, segundo a qual os países somente deverão produzir aquilo que for economicamente mais conveniente, trocando os excedentes (SOUSA, 2009, p.12).

Para Oliveira (2015, p.39.) o conceito de “comércio do século XXI” estariam incluídos diversos fatores inter-relacionados, dentre os quais: i) comércio de bens, principalmente partes e componentes; ii) investimentos internacionais em plantas produtivas, treinamento, tecnologia e relações de negócios de longo prazo; iii) o uso de serviços de infraestrutura para coordenar a produção que está dispersa geograficamente, especialmente serviços de telecomunicações, internet, serviços de entrega rápida de encomendas, transporte de cargas aéreas, crédito para o comércio e serviços de despacho aduaneiro; iv) fluxo transfronteiriço de conhecimentos, como propriedade intelectual formal e outras formas tácitas de trocas de *know-how* gerencial e de marketing. Em suma, pode se considerar que o termo “comércio internacional do século XXI” reflita, ainda que de forma imperfeita, as implicações da globalização

comercial e suas profundas conexões com a globalização financeira e a globalização produtiva.

É de fato importante observar como alguns países diante de uma crise usaram suas estratégias para se recuperarem e se inserirem de forma aprofundada no mercado externo, mesmo antes da crise, e com mais intensidade após ela, a China vem procurando aprofundar sua inserção externa, diversificando seus mercados de destino e suas fontes de suprimento de matérias-primas estratégicas. Um dos vetores de sua recuperação pós 2008 foi à criação de incentivos diversos ao setor exportador, utilizando-se, para tal, de todas as ferramentas de política econômica e de diplomacia financeira (CUNHA et al., 2012, p.5).

É importante a participação de Angola no comércio internacional porque permite abertura para exportação de alguns produtos agrícolas, uma vez que a exportação de produtos agrícolas em Angola adormeceu após a guerra. Então, comércio internacional abrirá oportunidade de alavancar as cadeias produtivas, facilitando a entrada de empresas estrangeiras privadas, que de certa forma pode significar muito para o desenvolvimento nacional, As exportações são necessárias, também, para proporcionar maior ritmo de crescimento do produto nacional, em razão das interdependências das exportações com o resto da economia, que provocam o crescimento do emprego e da renda [...] Com exportações agrícolas crescentes, o país disporia de recursos para financiar importações de certos alimentos, a fim de formar estoques reguladores e poder estabilizar seus preços no mercado interno (SOUZA 1948, p.279).

#### Segundo Fendt (2014 p.13-14)

O sistema multilateral do comércio precisa mudar [...] O atual ordenamento jurídico do comércio internacional baseia-se na noção de que firmas em um país vendem bens a consumidores em outro país. Em decorrência, o arcabouço regulatório contempla o comércio de produtos, em lugar do comércio de processos. Em razão disso, não leva em conta um espectro de políticas e barreiras que não inibem a venda de bens, mas que dificultam a movimentação desses bens.

O autor faz uma crítica que modificações estruturais no comércio internacional podem dificultar a exportação. Isso por sua vez, pode até certo ponto refrear o teor tecnológico de produção direcionada ao mercado interno do país. Então é de fundamental importância, o incentivo à produção interna com base na exportação de

produtos agrícolas, de modo que a economia do país seja movimentada para um crescimento orientado ao consumo interno (FENDT, 2014).

### 3.2 BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Barreiras técnicas, considerando o estipulado pela OMC, são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não transparentes ou não embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas (INMETRO, 2017).

Barreira tarifária, de acordo com Berto (2017, p. 2) dentro do comércio internacional existem mecanismos para impedir o avanço e também para estimular o crescimento de economias. Nas relações comerciais contemporâneas, o livre comércio é mais exceção do que regra, tanto nos países menos desenvolvidos como nas economias industrializadas. O mecanismo mais utilizado para atingir esse objetivo é a barreira comercial imposta por muitos países, sendo que esta não possui uma definição precisa, em geral, pode ser entendida como qualquer lei, regulamento, prática ou política governamental que proteja os produtores de um país contra a competição externa, que imponha obstáculos ao fluxo normal de importações ou estimule artificialmente as exportações de um produto específico ou dependendo da interpretação poderiam ser também manipulações na clássica lei da oferta e da demanda.

O autor simplifica que, geralmente, o governo intervém com o objetivo de favorecer o produtor nacional frente aos concorrentes estrangeiros. Esse processo é denominado proteção e, embora predominantemente vise a reduzir importações pode incluir também mecanismos de promoção às exportações. A proteção pode se dar por meio de diversos instrumentos de intervenção pública sobre o comércio exterior, em seu conjunto denominado política comercial. Ainda como classificação geral, as medidas protecionistas podem ser divididas em barreiras tarifárias e barreiras não tarifárias. No primeiro caso, a proteção à indústria nacional se efetiva por meio da imposição de tarifas aduaneiras sobre os produtos importados; a consequência

evidente é a majoração de preços dos importados, incentivando o consumo dos produtos nacionais (BERTO, 2017, p. 2).

Para preservarem seus mercados, os países buscam aplicar certos instrumentos que dificultem a entrada de mercadorias importadas, conhecidas como barreiras comerciais, à forma mais habitual é a utilização de tarifas. Ainda assim, com os tratados internacionais sobre comércio, que normalmente resultam em reduções nas tarifas que os países podem utilizar foram sendo desenvolvidos novos artifícios para dificultar as importações, as chamadas barreiras não tarifárias, em especial as barreiras técnicas [...] Barreiras Técnicas às Exportações são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não transparentes ou que não se baseiem em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.” (INMETRO, 2009).

### 3.3 AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que resultou da Conferência de Bretton Woods (1944). Concebida no final da Segunda Guerra Mundial, seus idealizadores tinham por objetivo construir um arcabouço para cooperação que evitasse a repetição das políticas econômicas que levaram à Grande Depressão dos anos 1930 e ao conflito global que se seguiu. Os objetivos declarados da organização são promover a cooperação econômica internacional, o comércio internacional, o emprego e a estabilidade cambial, inclusive mediante a disponibilização de recursos financeiros para os países membros para ajudar no equilíbrio de suas balanças de pagamentos (BRASIL, 2017). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (BRASIL), os 188 países membros contribuem colocando à disposição do FMI uma parte de suas reservas internacionais. Se necessário, o Fundo utiliza esses recursos para operações de empréstimo visando a ajudar países que enfrentam desequilíbrios de pagamentos. Os recursos são desembolsados mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em um programa negociado com o Fundo, além dos empréstimos para socorrer países em dificuldades, o FMI faz um acompanhamento periódico da política econômica de seus

membros e faz recomendações. O secretariado do FMI elabora pesquisas, faz levantamentos estatísticos e apresentar previsões econômicas globais, regionais e por país. O Fundo também provê assistência técnica e treinamento na sua área de competência.

A OMC É uma organização internacional que opera na fiscalização e regulamentação do comércio mundial, por meio de um conjunto de princípios, acordos, regras, normas, práticas e procedimentos. Conforme os próprios documentos oficiais da OMC, "não é uma instituição livre-cambista", a OMC envolve "um sistema de regras dedicadas à concorrência aberta, justa e não distorcida" do sistema mundial de comércio (MEDEIROS, 2017, p. 5). Segundo o Ministério das Relações Exteriores (BRASIL), a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995 e desde então tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos Membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução pacífica das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor, e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos comerciais entre os Membros. Atualmente, a OMC conta com 160 Membros, sendo o Brasil um dos Membros fundadores. A sede da OMC está localizada em Genebra (Suíça) e as três línguas oficiais da organização são o inglês, o francês e o espanhol.

Segundo Thorstensen (2017, p. 30), "a OMC engloba o GATT, o Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, concluído em 1947, os resultados das sete negociações multilaterais de liberalização de comércio realizadas desde então, e todos os acordos negociados na Rodada Uruguai, concluída em 1994".

A OMC é constituída por vários órgãos, sendo os mais destacados: a Conferência Ministerial, instância máxima da organização composta pelos Ministros das Relações Exteriores ou de Comércio Exterior dos Membros;

- O Conselho Geral, órgão composto pelos representantes permanentes dos Membros em Genebra, que ora se reúne como Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e ora como Órgão de Revisão de Política Comercial;
- O Conselho para o Comércio de Bens;

- O Conselho para o Comércio de Serviços;
- O Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio;
- Os diversos Comitês, entre eles os Comitês de Acesso a Mercados, Agrícola e de Subsídios, entre outros; e
- O Secretariado, que tem por função apoiar as atividades da organização e é composto por cerca de 700 funcionários, dirigido pelo Diretor-Geral da OMC.

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) deu, finalmente, base jurídica sólida para o sistema de comércio multilateral. A extinção das derrogações históricas (*grandfatherclause*, *waivers* agrícolas), a obrigatoriedade de subscrição de todos os acordos por todos os Membros, as instituições de um mecanismo compulsório de solução de controvérsias constituem um conjunto de mudanças de grande alcance, que transformaram a face do sistema de comércio Multilateral. Como organização internacional, a OMC tem personalidade jurídica própria, distinta da de seus Membros. A OMC foi estabelecida por um tratado que definem seus objetivos, funções, estrutura e métodos para tomada de decisões (MESQUITA, 2013, p. 47).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos são as ferramentas que são utilizadas para se chegar ao resultado esperado. O método tem como objetivo obter a veracidade através das hipóteses, que explica o que está acontecendo, o mesmo é composto por várias atividades que são utilizadas para conseguir um determinado objetivo, determinando o que deve ser feito, detectando falhas e ajudando nas decisões (MARCONI; LAKATOS, 2007).

### 4.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

Quanto aos fins de pesquisa, as pesquisas podem ser: a) exploratória b) descritiva, c) explicativa e d) aplicada. Quanto aos meios de investigação existem as seguintes pesquisas: a) pesquisa de campo, b) pesquisa de laboratório, c) documental, d) bibliográfica, e) experimental, f) ex post facto, g) participante, h) pesquisa-ação e) estudo de caso (VERGARA, 2009).

Quanto aos fins, um dos tipos escolhido para a realização desta pesquisa qualitativa enquadra-se como descritiva, e quanto ao meio de investigação, documental e bibliográfica. A pesquisa descritiva preocupa-se em avaliar, monitorar e descrever fatos com o intuito de investigar, registrar e relacionar fatores específicos ao tema em estudo. Este tipo de pesquisa busca apenas compreender os fenômenos envolvidos ao problema. Desta forma, analisam variáveis e aponta outros aspectos relacionados no processo como forma de aprofundamento da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Justifica-se esta opção de pesquisa pelo interesse em conhecer e descrever as potencialidades da Agricultura Angolana no pós-guerra e sua participação no comércio internacional. A pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorreram na vida social, política, econômica, e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Quanto ao meio de investigação o presente estudo também foi desenvolvido e baseado numa pesquisa bibliográfica porque se utilizou de referenciais teóricos encontrados em livros, artigos, dissertações, revistas científicas, trabalhos acadêmicos. A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informativo (BARROS; LEHFELD,

2000). A pesquisa documental visa obtenção de resultados por meio de análise dos documentos, fontes de dados e informações. De acordo com Gil (2002): Esse tipo de pesquisa apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos se constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. (GIL, 2002, p. 42). Diante disso, a pesquisa se relaciona à documental, pois o trabalho se baseia em documentos publicados por meio do portal da Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO), Portal oficial do Governo de Angola, Relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (Angola), Banco Mundial, Relatório de Desenvolvimento humano, Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER), Instituto Nacional de Estatística (INE), para analisar o desempenho da agricultura angolana e sua participação no comércio internacional.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Com base no presente estudo, os dados se classificam como secundários, uma vez que as investigações foram disponibilizadas pelo site da Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO), Portal Oficial do Governo de Angola, Relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (Angola), Banco Mundial, Relatório de Desenvolvimento humano, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER), Instituto Nacional de Estatística (INE), livros, artigos entre outros dados para análise do pesquisador. As fontes secundárias representam a possibilidade que o pesquisador terá em coletar dados antes já pesquisados e interpretados por outros autores. As fontes secundárias foram utilizadas em dados colhidos na internet e nos municípios e empresas do setor (MARCONI; LAKATOS, 2007). Entre os instrumentos, o pesquisador utilizou dados documentais adquiridos do portal da Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO), base de dados como das principais culturas alimentares de Angola, as áreas colhidas, os principais alimentos agrícolas em valor e quantidade da pauta de importação e exportação de Angola, canais de comercialização dos produtos agrícolas angolanos, os dados recolhidos No Banco mundial foram extraídos dados como Crescimento do PIB de Angola, Soma da inflação, deflator do PIB, Instalações de Saneamento básico,

Fonte de água melhorada, Esperança de vida e a taxa de fertilidade, Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER) foram recolhidas as potencialidades e problemas na agricultura de Angola, Planejamento, Programas e Políticas agrícolas.

### 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo segue uma abordagem qualitativa para a coleta e a análise dos dados. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001. p.22), justifica-se esta opção porque o pesquisador busca investigar e desenvolver temas a partir dos dados coletados, sem a utilização de procedimentos estatísticos econométricos, como médias ponderadas, dentre outros, porém com uso de estatística descritiva.

As análises foram feitas numa primeira fase com base aos dados oficiais e algumas estimativas do portal da organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação, foram organizados com ajuda do Excel às dez maiores culturas agrícolas produzidas de Angola desde o ano 1990 a 2016, isso em toneladas e analisadas graficamente, as áreas colhidas por produto achou-se as sete maiores culturas alimentares agrícolas. Quanto às importações e exportações foram usados os dez maiores produtos alimentícios agrícolas desde 1990 a 2013, mensurados por toneladas e em valores monetários (dólares) calculadas no Excel com gráficos dinâmicos. Os programas para agricultura do governo de Angola, os problemas e potencialidades foram analisados de acordo as informações obtidas do Ministério da Agricultura e adaptadas pelo pesquisador.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Nesta seção serão abordadas informações referentes à Produção agrícola no mundo no período de 2006 a 2014, a Agricultura Angolana, como Produção agrícola antes e depois da guerra civil, As principais Culturas Agrícolas e a área colhida por produto de 1990 a 2016, As principais Importações e Exportações Alimentícias da Agricultura Angolana em valores monetários e em quantidades, Planejamento, Programas e Políticas Agrícolas de Angola, Tipos de Agricultura em Angola, Canais de Comercialização dos Produtos Agrícolas Angolanos, e por último, Problemas Atuais e Potencialidades da Agricultura Angolana.

### **5.1 DADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, NO MUNDO, NO PERÍODO DE 2006 A 2014: VOLUMES PRODUZIDOS.**

A tabela a seguir representa o valor bruto de produção agrícola mundial em dólar no período de 2006 a 2014. Os dez itens agregados são os alimentos mais produzidos, é possível observar na tabela supracitada, que o arroz teve uma maior participação no que diz respeito à produção, nota-se a evolução do arroz nos últimos anos, o leite de vaca e a carne de porco também são muito produzidos. Vale destacar que os somatórios desses dez itens agregados representam quase 50% do total de produção no mundo.

Tabela 5: Dados da produção agrícola no mundo 2006-2014

<b>Rótulos de Linha</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>	<b>Média</b>	<b>%</b>	<b>a%</b>
Arroz	\$315.490	\$367.534	\$368.182	\$379.953	\$323.685	\$350.969	8,87	8,87
Leite de vaca fresca inteira	\$341.546	\$348.978	\$351.419	\$354.845	\$347.905	\$348.939	8,82	17,70
Carne de porco	\$259.524	\$262.221	\$278.645	\$299.180	\$298.322	\$279.578	7,07	24,77
Milho	\$194.475	\$195.130	\$201.993	\$240.145	\$281.400	\$222.629	5,63	30,40
Trigo	\$168.383	\$202.971	\$191.617	\$184.760	\$199.256	\$189.397	4,79	35,19
Carne de frango	\$163.570	\$146.156	\$199.258	\$194.228	\$222.745	\$185.191	4,68	39,87
Carne de gado	\$156.866	\$174.391	\$171.105	\$175.466	\$186.195	\$172.804	4,37	44,24
Tomates	\$92.205	\$107.697	\$115.737	\$119.398	\$127.160	\$112.439	2,84	47,08
Ovos/galinha/com casca	\$99.098	\$108.752	\$111.383	\$112.046	\$123.259	\$110.908	2,80	49,89
Soja	\$84.223	\$103.969	\$117.807	\$103.191	\$134.771	\$108.792	2,75	52,64
<b>Total mundial</b>	<b>\$3.660.941</b>	<b>\$3.834.120</b>	<b>\$3.980.088</b>	<b>\$4.054.031</b>	<b>\$4.244.405</b>	<b>\$3.954.717</b>		

Fonte: Elaborado segundo os dados da FAO (2006-2014).

O valor da produção bruta foi compilado multiplicando a produção bruta em termos por preços de produção no portão da fazenda. Assim, o valor da produção mede a produção em termos monetários no nível do portão da fazenda. Como os usos intermediários no setor agrícola (semente e alimentação) não foram subtraídos dos dados de produção, esse valor de produção agregado refere-se à noção de “produção bruta”. O valor da produção bruta é fornecido em termos atuais e constantes e é expresso em Dólar dos EUA e Moeda Local Padrão. Assim, representa o valor de mercado de alimentos e produtos agrícolas no momento em que foram produzidos (FAO, 2017).

Os dados mostram que o milho é um alimento muito produzido a nível mundial, o que talvez significa oportunidade para Angola, uma vez que tal cultura é um dos produtos suporte de alimentação da comunidade rural e é lavrado em quase todo o país, portanto, requer a devida atenção do Governo por meio de tratamento e instrumentos que possibilitam uma maior qualidade na sua fecundação para exploração das exportações agrícolas, e desse modo abastecer de forma eficiente o mercado interno da Agricultura Angolana.

## 5.2 A AGRICULTURA ANGOLANA

De acordo com o relatório geral do Estado, o setor agropecuário é importante para a vida econômica e social do país, porque agricultura de subsistência constitui o principal meio de vida para a maioria das pessoas (CIA, 2017), assim sendo, é urgente assegurar a reabilitação da agricultura através da estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo. Tal melhoria irá concorrer para aumentar a produção e a produtividade da agricultura nacional, a promoção da autossuficiência e da segurança alimentar, o desenvolvimento da agroindústria e da exportação (OGE, 2011).

A agricultura é um setor que pode diversificar a economia angolana, o país tem profusa terra agrícola, um clima favorável e, ao contrário da maioria dos países na África subsaariana, abundantes recursos hídricos. Não obstante disso, Angola é um importador líquido de alimentos. Diversas iniciativas tanto do setor público como do privado visam revitalizar a produção agrícola e, atualmente, a agricultura é um dos Setores com crescimento mais rápido no país. A procura de mais, melhor e mais diversificada oferta proveniente de produtores locais também deverá aumentar à medida que as empresas procuram obter uma proporção cada vez maior das suas matérias-primas no mercado doméstico. O setor tem igualmente beneficiado do crescimento sustentado do nível de rendimentos per capita da população, da melhoria nas infraestruturas, do aparecimento de centros de distribuição e da presença crescente de grupos agroindustriais, o setor agrícola é uma das prioridades estratégicas do governo, uma vez que se espera que este desempenhe um papel importante na redução das dispendiosas importações alimentares e no aumento do emprego nos próximos anos (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

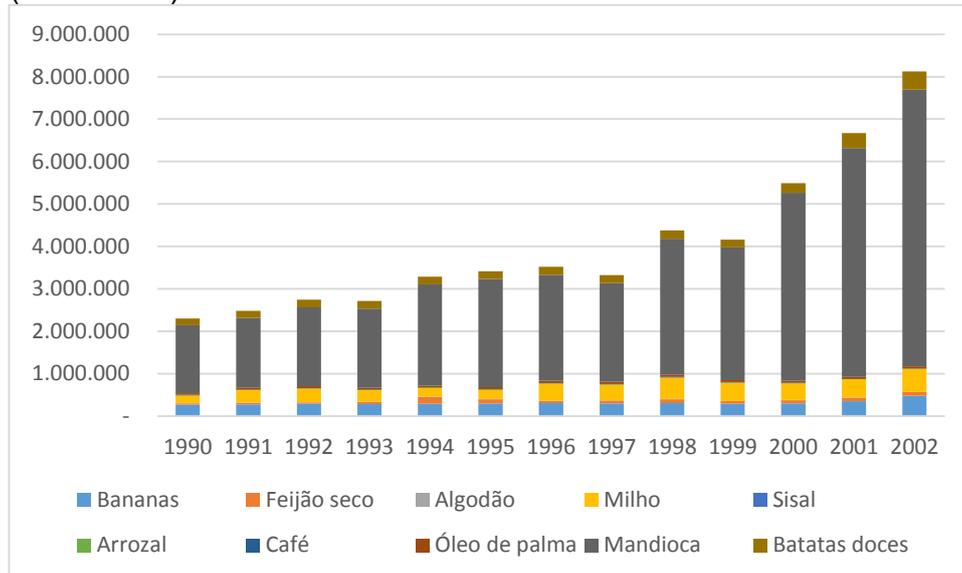
De acordo os mesmos autores perto de 80% das receitas fiscais públicas são provenientes do petróleo. Este último representa aproximadamente 98% das exportações e é a principal fonte de investimento estrangeiro direto (IED). Os autores partem da ideia de que este crescimento se deve fundamentalmente à produção e exportação de crude, esta situação permitiu também uma expansão orçamental e uma mudança positiva na procura doméstica. Juntas, estas tendências estimularam outros setores da economia, incluindo os serviços financeiros, construção, indústria e a agricultura (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

### 5.3 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ANGOLA ANTES E DEPOIS DA GUERRA CIVIL

Segundo o relatório da Embaixada Angolana (2014) Angola sempre foi um país autossuficiente em todos os principais cultivos, com exceção do trigo. A guerra interrompeu esse ciclo de vitalidade. Entre as várias produções agrícolas, as colheitas que nos anos 1990 registraram maior incremento foram, sobretudo, da mandioca e do milho, seguidas da banana, feijão e da batata-doce conforme observada no gráfico 4. Porém, a produção agrícola permanece bastante escassa, causando um impacto negativo sobre a população, principalmente para aqueles que se afastaram de suas regiões de origem.

De acordo com um Relatório Especial feito pela FAO (1997) a devastação causada por 20 anos de guerra civil ainda restringe severamente a produção agrícola e paralisou as redes de comercialização de Angola, muitas famílias de agricultores ainda não voltaram para suas terras e outras que não podem trabalhar nos campos por minas. Embora as ONGs e as agências das Nações Unidas ofereçam sementes e ferramentas aos agricultores na maioria das províncias, a falta de fertilizantes, equipamentos de proteção de plantas e produtos químicos, ferramentas manuais e equipamentos de tração animal continuam a manter as colheitas de cereais em menos de metade dos níveis anteriores à guerra.

Gráfico 4- Principais culturas agrícolas em Angola de 1990 a 2002 (Toneladas)



Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2002).

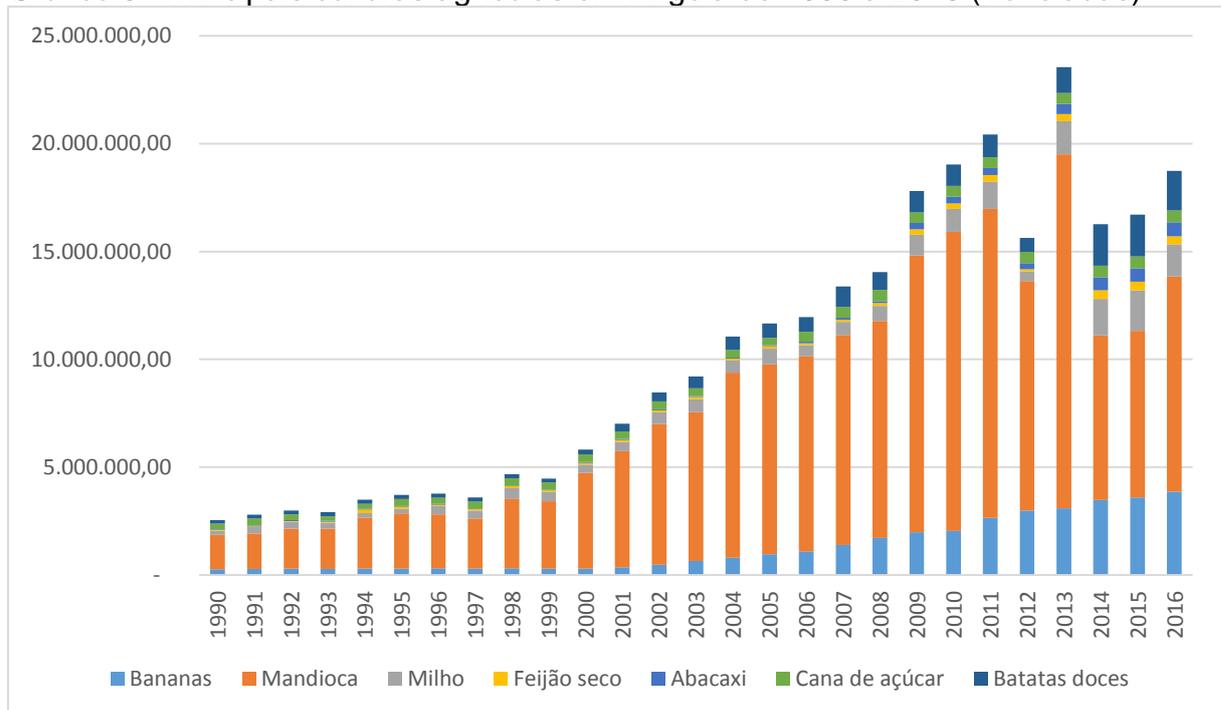
Após a guerra civil, a agricultura teve alguns gargalos que dificultou a sua a reestruturação no mercado nacional, como problemas de infraestruturas, falta de canalização de água, falta de financiamentos por parte das empresas que ajudavam na comercialização dos produtos agrícolas, falta de crédito para os agricultores familiares, ambiente macroeconômico caracterizado por maior estabilidade do Kwanzas com relação ao dólar, mecanismo para ajudar na disseminação de minas terrestres e entre outros (FAO, 2017).

O Gráfico 5 apresenta uma perspectiva da evolução das principais culturas alimentares no ano de 1990 a 2016, evidenciando um padrão de crescimento considerável na maioria das culturas em análise. Note-se que a produção de mandioca tem valores de produção expressivamente superiores a todas as outras culturas alimentares.

A mandioca, banana e a batata-doce apresentam um expressivo superávit, com efeito, a produção destas três culturas excede as necessidades; tal revela a capacidade produtiva das fileiras, a sua vitalidade num contexto aparentemente desfavorável e a excelente adaptação das culturas às diversas condições edafoclimáticas nacionais. Em termos de produtividade observam-se a partir dos últimos dois anos uma ligeira tendência decrescente com maior relevância para a cultura da batata-doce. Apesar da evolução da produção do milho (o ano agrícola de 2005/06 foi atípico pelo período prolongado de estiagem), persiste um déficit, embora a tendência

da evolução aponte para uma situação de equilíbrio ou mesmo de superávit nos próximos anos. A produção de feijão decresceu nos últimos dois anos do período em análise. Desde 2013 que não se tem registado ganhos substanciais de produtividade tanto das terras utilizadas para a produção destas culturas.

Gráfico 5– Principais culturas agrícolas em Angola de 1990 a 2016 (Toneladas)



Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2016).

O gráfico 6 mostra a sequência histórica das áreas colhidas por produtos de 1990 a 2016, observa-se que a mandioca no ano de 2013 atingiu 1.167.948 ha, mostrando uma evolução histórica. A mandioca é uma cultura típica das províncias do Norte do país, embora seja atualmente cultivada em todas as províncias com exceção do Namibe e Cunene, no Sul do país. As províncias do Norte representam 79% da área cultivada (Uíge, Malange, Kwanza Norte, Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul, Bengo, Cabinda e Luanda). As províncias centrais do Huambo, Bié, Benguela, Kwanza Sul e Moxico representam 16% e as províncias do Sul apenas 5%. Aproximadamente dois terços da produção total de mandioca estão concentrados em cinco províncias: Uíge, Malange, Kwanza Norte, Zaire e Lunda Norte. As variedades locais de mandioca precisam de 15 a 18 meses para atingir a maturidade, embora a colheita possa ser adiada até aos 24 meses. Os rendimentos médios são baixos, entre 8 e 10 toneladas por hectare. As principais razões para esta baixa produtividade são a inadequação

das variedades, baixa fertilidade do solo, fraco controlo de pragas e doenças e descuido no controlo da vegetação daninha. Na região norte a cultura é muito afetada por viroses (MINADER, 2013).

A batata-doce ocupa uma área que se estima em cerca de 186.008 ha no último período em exercício e que se concentra essencialmente nas províncias do Norte do Centro e do Sul. Uíge, Huambo, Benguela, Malange e Huíla cobrem 56% da área cultivada total. A batata-doce é geralmente cultivada em consorciação com mandioca e/ou com feijão. A produtividade da batata-doce varia entre 2.500 kg e 4.000 kg por hectare. O Milho é um dos produtos base da alimentação da população rural e é cultivado em quase todo o país. A área ocupada pela cultura tenha alcançado cerca de 1.122.500 ha. O milho é produzido tanto pelos agricultores familiares como pelos produtores empresariais, sendo as percentagens estimadas da produção em volume (93-95%) e (5-7%) respectivamente. A área total ocupada pela cultura do feijão no ano agrícola 2006-2007 representa cerca de 320.690 ha.

Cerca de 70% do total da área plantada estão concentrados em seis províncias: Huambo, Bié, Uíge, Huíla, Malange e Kwanza Sul. A produtividade média do feijão anda na faixa dos 220 kg por hectare (MINADER, 2013).

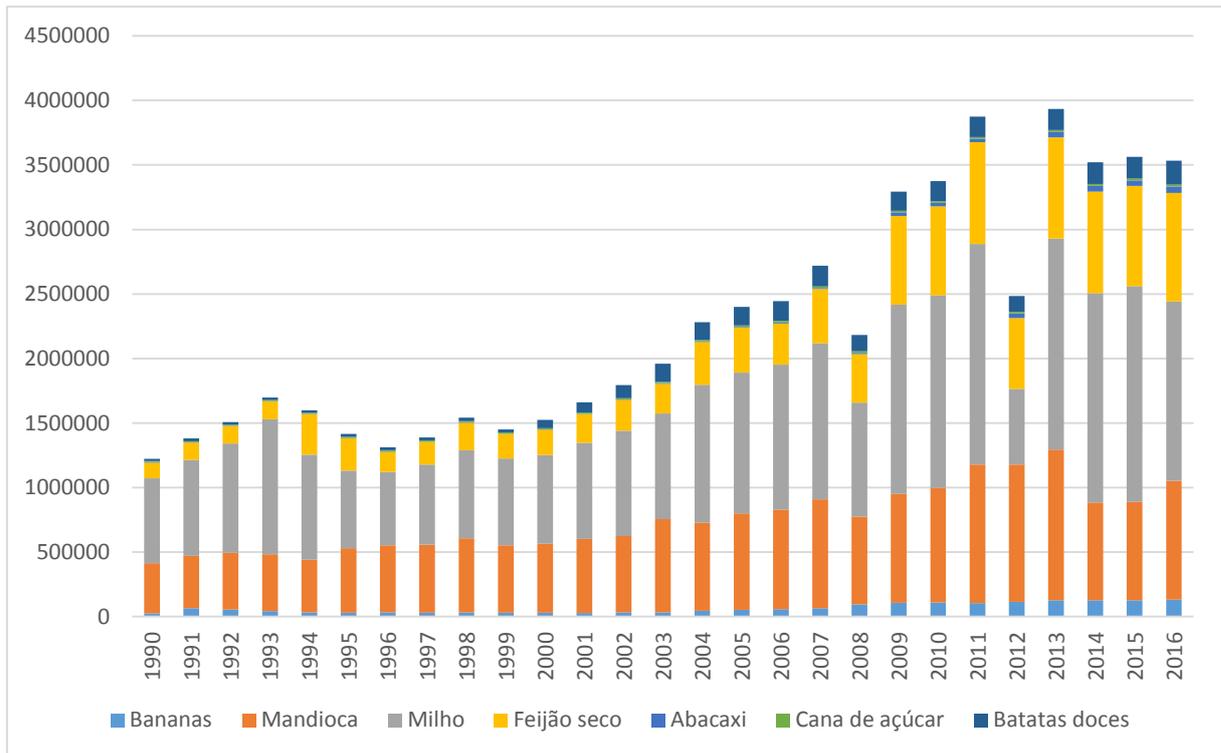
### 5.3.1 ÁREA COLHIDA

Para o avanço sustentado do setor agrícola, é necessário que a agricultura se desenvolva para além da subsistência, relacionando também a aplicação das qualificações profissionais e tecnológicas (capital humano) levando a um crescimento técnico.

A produção de alimentos, requer um processo de constante reflexão, que considere os elementos necessários para a sustentação da produção (conjunto de conhecimentos, tecnologias e políticas) a longo prazo e que promova a sua sustentabilidade, ou seja, o atendimento das demandas de ordem econômica, ambiental e social da geração presente, sem afetar o suprimento das gerações futuras (GUEDES; TORRES; CAMPOS, 2014, p. 117).

Em geral nota-se que a quantidade produzida que foi observada no Gráfico 5 e a área colhida que é observada no gráfico 6 evoluíram positivamente para exploração agrícola, ou seja, um crescimento significativo de área colhida em quase todos os produtos desde os anos 1990 até 2016.

Gráfico 6- Área colhida Por produto de 1990 a 2016



Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2016).

## 5.4 IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE ANGOLA

Nesta seção serão abordadas as principais importações e exportações alimentícias agrícolas de Angola a partir dos anos 1990 a 2013 em toneladas e milhões de dólar.

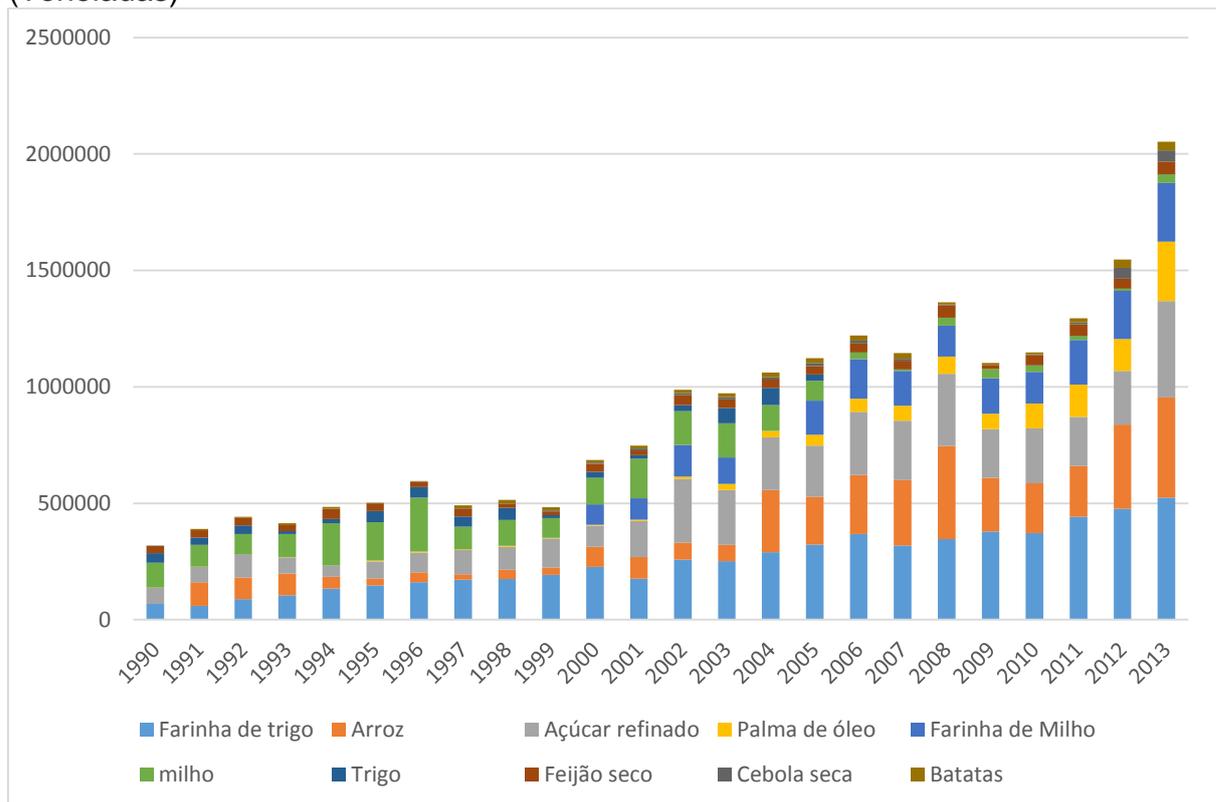
O gráfico 7<sup>1</sup> apresenta um comportamento crescente em longo prazo das principais importações, visto que no princípio do período possui um saldo de 500 mil toneladas no final do último ano ultrapassando 2 milhões de ton, sendo que de 1990 a 2003 as importações das principais alimentícias não ultrapassaram o valor de 1 milhão de toneladas chegando apenas a marca de 973 mil toneladas. É relevante dizer apesar do comportamento crescente, no ano de 1997 apresentou a primeira queda significativa e posteriormente no ano de 2009, devido à crise mundial.

Destaca-se entre os alimentos importados, o açúcar refinado a farinha de trigo e arroz, com maior representatividade ao longo do período. A farinha de trigo no ano de 1990 apresenta 67 mil toneladas, chegando em 2013 a 524 mil toneladas, um crescimento de 457 mil ton em 23 anos. Quanto ao arroz no ano de 1991 apresentou 100 mil toneladas importadas crescendo 330 mil ton em 2013. O arroz teve quedas acentuadas desde 1992 até 1999 chegando a atingir a sua cota mais baixa em 31 mil toneladas. Quanto ao açúcar refinado começou na marca de 69 mil toneladas no ano de 1990 atingindo em 2013 414 mil toneladas, teve um acréscimo de 345 mil ton em 23 anos.

---

<sup>1</sup>Os alimentos descritos no gráfico representam os 10 mais importados mensurados em toneladas, enquanto no gráfico 8 são os 10 mais importados em valores monetários (Dólar).

Gráfico 7– Principais importações alimentícias agrícolas para Angola de 1990 a 2013 (Toneladas)



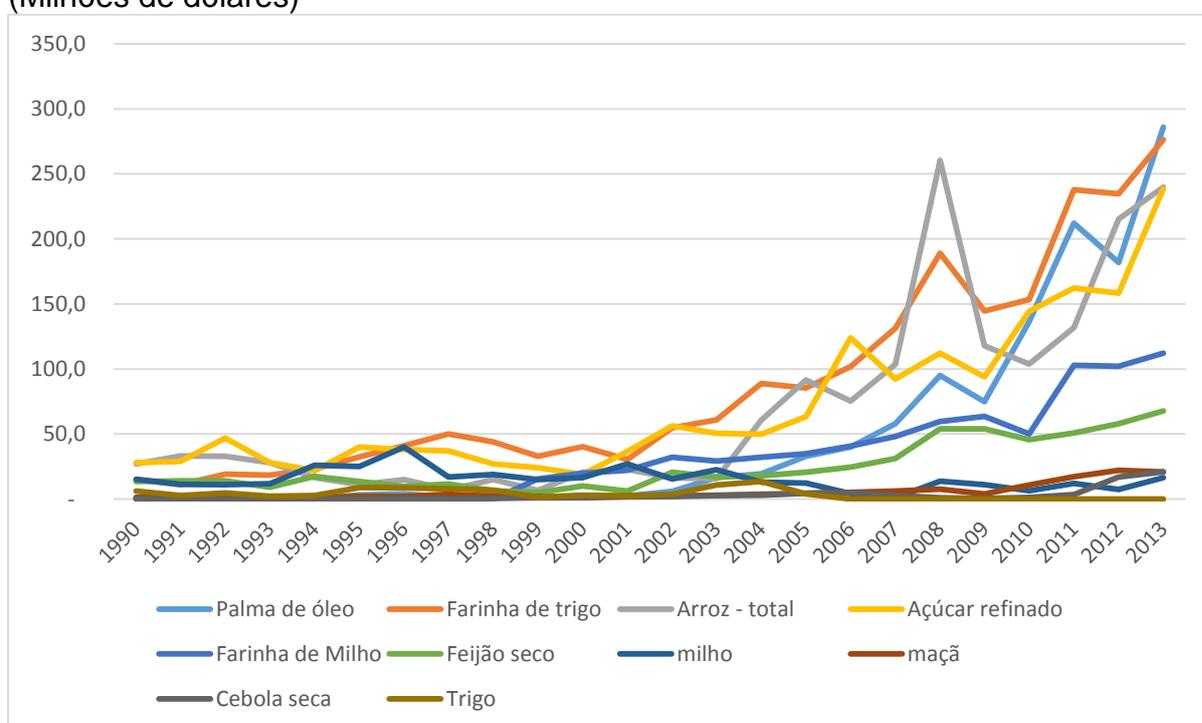
Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2013).

O mesmo relatório descrito pela FAO mostra que, Não obstante aos aumentos dramáticos na produção agrícolas pós-guerra, a conta de importação de alimentos de Angola continua a crescer. Isso tem graves repercussões na segurança alimentar, especialmente tendo em conta os rendimentos relativamente baixos da maioria da população. Também torna o sistema de segurança alimentar de Angola mais vulnerável a choques externos de preços dos alimentos. O aumento da produtividade e produção agrícola é, portanto, um dos os principais objetivos de desenvolvimento do governo.

Parecido com o gráfico 7, o gráfico 8 apresenta um crescimento ao longo do período, sendo que em 1990 importava cerca de 50 milhões USD dos principais alimentos, e em 2013 alcançando 280 milhões USD.

O óleo de palma a farinha de trigo e o arroz destacam-se entre os 10 mais. O óleo de palma teve um crescimento significativo ao longo do período sendo que 1990 importava 1 milhão USD, atingindo em 2013 um valor de 286 milhões USD, ou seja, teve um aumento de 285 milhões de USD em 23 anos. A farinha de trigo em 1990 importava cerca de 15,1 milhões USD crescendo em 2013 um valor de 276, 4 milhões USD, obtendo um aumento de 261,3 milhões de USD em 23 anos. Quanto ao arroz no ano de 1990 importava 27 milhões USD, atingindo em 2013 cerca de 239, 7 milhões USD.

Gráfico 8– Principais importações alimentícias agrícolas para Angola de 1990 a 2013 (Milhões de dólares)



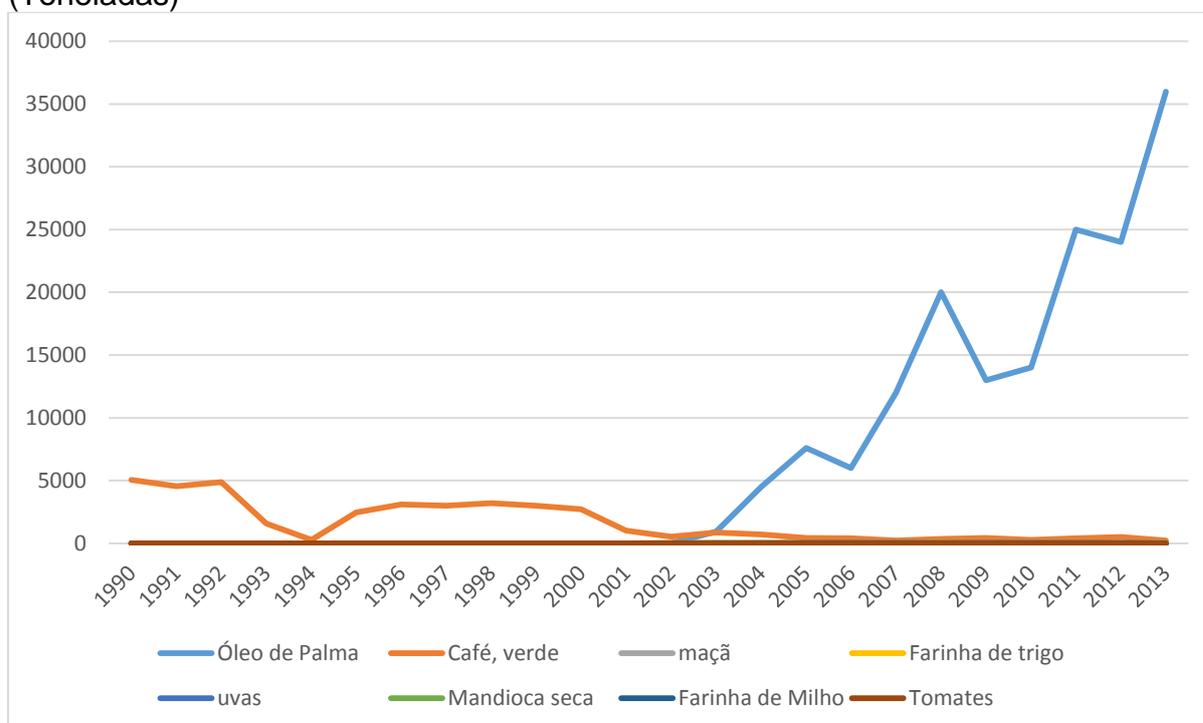
Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2013).

O gráfico 9 apresenta os principais alimentos exportados por Angola, nota-se que Angola apresenta baixo índice de exportação em produtos alimentícios agrícolas. Portanto, o gráfico destaca apenas dois alimentos o óleo de palma e o café. Sendo que ao longo do tempo o café foi perdendo espaço na balança comercial de alimentos exportados, exportando cerca de 5 mil toneladas em 1990, caindo em 2013 cerca de 218 toneladas, perdendo 4.782 toneladas em 23 anos, a causa desse efeito foi o conflito armado no país, algumas culturas destinadas à indústria, como a do café e

algodão, ficaram condicionada pelo abandono das áreas de cultivo em virtude da guerra (FAO, 2017).

Apesar do óleo de palma começar a ser exportado apenas em 2003 teve um crescimento tornando-se o alimento mais exportado no período analisado. Em 2003 exportava cerca de 933 toneladas, aumentando em 2013 para 36 mil toneladas, ou seja, um aumento significativo de 35 mil toneladas. O óleo de palma teve esse aumento bem significativo porque ele não é só usado na alimentação, mas também é biodiesel, ou seja, é utilizado como fonte de combustível.

Gráfico 9– Principais exportações alimentícias agrícolas de Angola de 1990 a 2013 (Toneladas)

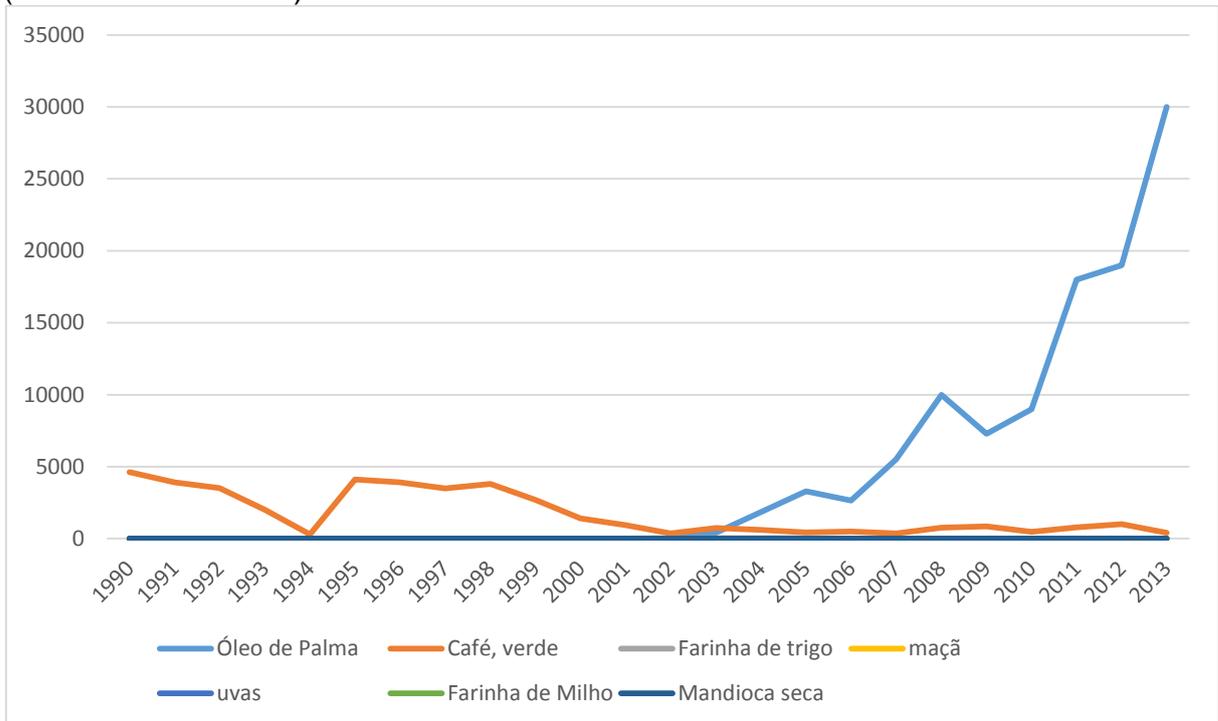


Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2013).

Conforme o gráfico 10 observa-se que os principais alimentos de exportação da Angola são, óleo de palma, café, farinha de trigo, maçã, uvas, farinha de milho e mandioca seca. Destacando-se o óleo de palma e o café. O café tem o mesmo comportamento como foi observado no gráfico 9, tendo um declínio ao longo do período, a exportação representava 4,6 milhões de USD em 1990, reduzindo para 412 mil USD em 2013, tendo uma queda acentuada de 4,2 milhões USD.

Já o óleo de palma apresenta resultados diferentes, aumentando a sua participação em cerca de 402 mil USD em 2003 para 30 milhões USD em 2013, o que significa um crescimento significativo de 29, 6 milhões USD.

Gráfico 10– Principais exportações alimentícias agrícolas de Angola de 1990 a 2013 (Milhares de dólares)



Fonte: Adaptado de FAOSTAT (1990-2013).

Como mostra Souza (1948) a necessidade de manter a produção acelerada, tanto para exportação, como para o mercado interno, exige o aumento da produtividade, por meio da adoção de inovações tecnológicas, uma vez que existem limites para o aumento da produção apenas mediante a expansão da área cultivada. Além disso, vastas áreas novas, como os cerrados, que necessitam do emprego maciço de corretivos do solo e de outros insumos modernos, elevam os custos de produção.

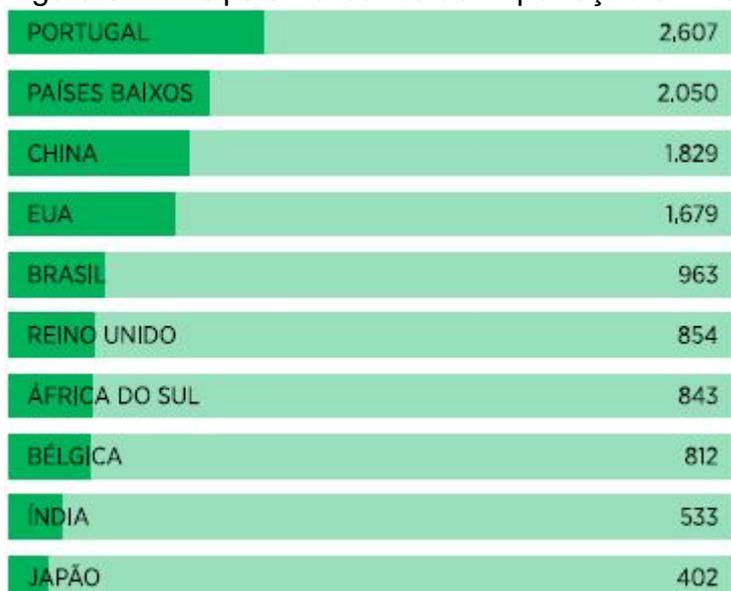
Corroborando com tais panoramas Graziano da Silva (1998, p. 12), argumenta que “a partir da formação de mercados nacionais para os principais produtos agrícolas e para a força de trabalho e da constituição do D1 em bases industriais a agricultura brasileira inicia sua própria industrialização”. O mesmo autor descreve que a industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas).

## 5.5 PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ANGOLA

Entre os anos de 1975 e 1989, Angola estava alinhada com a União Soviética e Cuba. Desde então, o país tem melhorado as suas relações com países ocidentais e reforçado as suas ligações com outros países de expressão portuguesa. Sendo que em 2006, Angola foi aceite no cartel da OPEP (a qual presidiu em 2009) e participou na Cimeira do G8 em 2009. Em 2011, Angola assume a presidência do grupo económico regional com 15 membros, SADC. Angola é membro de cerca de vinte organizações internacionais e regionais incluindo: Banco Africano de Desenvolvimento (1980); União Africana (1975); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador, 1996); Comunidade Económica dos Estados da África Central Fundo Monetário Internacional (1989); Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (detém a presidência até Setembro de 2012); Mercado Comum da África Oriental e Austral Comissão do Golfo da Guiné (sede em Luanda); Nova Parceria para o Desenvolvimento de África Organização das Nações Unidas (1976); Banco Mundial (1989); e Organização Mundial do Comércio em 1996 (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

A figura 3 apresenta os principais parceiros de importação de Angola no ano de 2010.

Figura 3- Principais Parceiros de Importação em 2010 (US\$ milhões)



Fonte: INE apud JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012.

Dentre os principais países parceiros de importação de Angola destacam-se Portugal, Países Baixos, China, EUA e Brasil. A União Europeia (UE), constituída por 27 Estados membros, é o segundo parceiro econômico mais importante de Angola e Portugal permanece sendo o principal parceiro comercial do país. As empresas portuguesas têm uma forte presença nos setores da construção e da banca. Portugal é igualmente um importante exportador de produtos alimentares e bebidas. Os Estados Unidos e Angola estabeleceram relações diplomáticas formais em 1993. O setor da energia está no centro das relações angolano-americanas. Quanto ao Brasil, Angola tem fortes laços históricos, culturais e econômicos com o Brasil. Cerca de 30 empresas brasileiras operam em Angola, incluindo empresas de renome como a Petrobrás, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. As empresas brasileiras são responsáveis por alguns projetos de infraestrutura importantes em Angola, de que é exemplo a barragem hidroelétrica de Capanda no Rio Kwanza. O Brasil tem três linhas de crédito com Angola para financiar a exportação de bens e serviços (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

Figura 4- Principais Parceiros de Exportação em 2010 (US\$ milhões)

CHINA	21,038
EUA	9,922
ÍNDIA	5,141
CANADÁ	4,039
TAIWAN	2,693
FRANÇA	2,213
ÁFRICA DO SUL	1,705
ESPAÑA	973
PAÍSES BAIXOS	724
ISRAEL	426

Fonte: INE apud JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012.

A figura 4 apresenta os principais países parceiros de exportação de Angola ano de 2010.

No que diz respeito a exportação Angola apresenta uma parceria elevada com a China, EUA, Índia e Canadá. Sendo que exporta para China cerca de 21,038 milhões

de dólar em 2010. O fim da guerra civil de Angola em 2002 coincidiu com o lançamento da política de expansão ("Going Out policy") da China, quando empresas chinesas privadas e estatais começaram a procurar aceder a novos mercados. Ao longo da última década, a China conseguiu conquistar uma posição proeminente na economia de Angola. A cooperação oficial chinesa com Angola, e com África em geral, é dominada por empréstimos confessionais disponibilizados pelos seus principais bancos para a construção ou reabilitação de infraestruturas. O governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito a Angola através de vários dos seus bancos estatais de investimento ("policybanks"). Quanto a Índia, os principais itens de exportação para Angola incluem, maquinaria e implementos agrícolas, produtos farmacêuticos e de cosmética, chá, arroz Basmati, alimentos, bebidas (JOVER; PINTO; MARCHAND, 2012).

## 5.6 PLANEJAMENTO, PROGRAMAS E POLÍTICA AGRÍCOLA EM ANGOLA

O Executivo angolano, perante as dificuldades que se deparam ao setor privado, definiu que o Estado deve ser o mais importante operador na estratégia de promoção do agronegócio em Angola nesta fase. Por que razão foi criada a Gesterra, uma sociedade anónima com capitais públicos para promoção de empreendimentos agrícolas cuja finalidade é a produção de alimentos, a preparação de profissionais qualificados e a modernização tecnológica da agricultura. A Gesterra gere atualmente duas explorações agrícolas. Uma na província de Malange (Fazenda Pungo Andongo, município de Cacuso) construída de raiz é iniciada em 2006, onde foram investidos mais de 40 milhões de dólares americanos em infraestruturas, meios circulantes, equipamento e assistência técnica, vocacionado para a produção de milho, feijão, soja e arroz, com resultados técnicos que podem ser considerados interessantes para o panorama angolano, pois as produtividades alcançadas como milho, por exemplo, atingiram uma média superior a quatro toneladas por hectare no melhor ano (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

A segunda exploração desenvolve-se na província de Kwanza Sul (SEDIAC, município da Cela) e foi adquirida em 2008 a um empresário privado, beneficiando igualmente de um crédito do BDA.

A entidade governamental responsável pela definição de políticas e estratégias para o setor agrícola e rural é o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER, 2013).

O ministério da agricultura e do desenvolvimento rural descreve alguns programas para o setor agrícola como:

a. PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA

Esse programa vê a necessidade de viabilizar soluções tecnológicas via investigação e Desenvolvimento (I&D) para o setor agrário/pastoril produtivo e de intensificar as relações e a colaboração entre os centros de investigação e os setores familiares e empresariais, especialmente num período em que os desafios e oportunidades dos mercados nacionais e internacionais são grandes, exigem um significativo esforço de modernização e diversificação.

b. PROGRAMA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) foi oficialmente lançado em 2005, no município de Andulo, província do Bié. OS objetivos do Programa são contribuir para: (i) a segurança alimentar e redução da pobreza; (ii) a integração das comunidades rurais no desenvolvimento econômico e social do país; (iii) a organização da produção das comunidades rurais; (iv) o aumento da produção e da produtividade das empresas agrícolas familiares; e (v) a melhoria das condições e qualidade de vida das comunidades abrangidas.

c. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC), propõe-se a realização de projetos que respondam aos seguintes aspectos: Abastecimento de Água Potável; Serviços Sanitários e Gestão de Resíduos Sólidos; Saúde Pública e Serviços Primários de Saúde; Educação e Formação Profissional; Transporte; Reordenamento das Aldeias; Reparação e manutenção de vias de comunicação; Promoção do Comércio Rural; Microcrédito; Turismo Rural; Infraestruturas Desportivas.

#### d. PROJETOS AGRÍCOLAS DE LARGA ESCALA

Com o propósito de constituir projetos agrícolas de larga escala, o Governo constituiu a empresa Gesterra, Gestão de Terras, a qual é concessionária de terrenos agrícolas que integram a reserva do Estado, sendo responsável pela realização de projetos para a produção de cereais e outras culturas visando aumentar a disponibilidade de alimentos. Neste momento, está a ser realizada a efetivação da Fazenda Pungo-Andongo para a produção de cereais na província de Malange.

Nos últimos anos foram concebidas e elaboradas várias políticas públicas que direta e indiretamente contribuem para o desenvolvimento do setor agrário, como a Estratégia Nacional de Combate à Fome e a Pobreza, a Estratégia de Desenvolvimento Rural, o Plano Multisetorial para Reativação da Economia e não só, além da modernização do quadro legal do setor agrário com a preparação e aprovação das leis de terra, sanidade animal, pesticidas, sementes, cooperativas e desenvolvimento rural. Também nos contextos regional e internacional o Governo tem participado de várias iniciativas políticas e acordos que contribuem para a reativação e crescimento do sector agrário, com destaque para a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Comunidade de Desenvolvimento dos países da África Austral (SADC), tratado de implantação dos Objetivos do desenvolvimento para o Milênio (ODM), compromissos de Chefes de Estados, incluindo Angola, no contexto das Nações Unidas (MINADER, 2013).

#### 5.7 CATEGORIAS DE AGRICULTURA

Quanto aos tipos de agricultura é importante destacar que em Angola existem duas categorias de agricultura, a de ramo familiar e a empresarial. Os dois tipos de unidades produtivas que iremos aqui considerar Empresas Agrícolas Empresariais (EAE) e Empresas Agrícolas Familiares (EAF) estão fundamentalmente concentradas nas províncias de Huambo, Huila, Bie, Kuanza Sul, Uige e Benguela. As parcelas de terra são preparadas em cada época para o cultivo de diversos produtos, melhor adaptados às condições de clima e solo, nomeadamente, cereais, raízes e tubérculos, leguminosos e oleaginosos, frutas, hortícolas e café. Nota-se que as quantidades produzidas provenientes das EAF são superiores às das EAE, dada a forte preponderância daquelas. Por outro lado, o lugar cimeiro ocupado pelos cereais

justifica-se pelo fato de grande parte da população angolana ter no milho a base da sua alimentação (PACHECO; LOTE; TAVARES, 2016).

Portanto, no pós-guerra, é possível estimar a participação central da família camponesa para preservar a segurança alimentar, em que os residentes que foram afetados pelo conflito armado (deslocados) além de terem um cuidado específico, foi beneficiado de sementes, insumos agrícolas, fertilizantes e apoio técnico.

Não obstante dessa ajuda a família camponesa, continua a haver déficit na produção de cereais relativamente às necessidades do País. Para tal, há a necessidade de se agregar a produção familiar à agricultura empresarial/comercial, fomentar a adoção das tecnologias de produção ajustadas à modernização do setor, proceder ao repovoamento animal, fomentar a transformação e comercialização e melhoria do valor acrescentado dos produtos agrícolas, dinamizarem o comércio rural, dinamizar o setor privado de comércio de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho, equipamentos), criarem condições para que os camponeses, organizados em associações ou cooperativas possam ter acesso ao crédito rural (via bancos comerciais ou microcréditos) com realce para grupos preferenciais (mulher, jovens que se instalam), e melhorar os serviços de apoio à agricultura camponesa, nomeadamente a assistência técnica, campanhas sanitárias, entre outros. Todas estas ações conduzem ao desenvolvimento rural diversificado, com uma economia camponesa sustentável, suportada por uma agricultura familiar e empresarial voltadas para o mercado, com aumento da produção de alimentos, geração de empregos, renda e o desenvolvimento da economia camponesa (MINADER 2013).

Em Angola, pequenas fazendas familiares predominam na produção agrícola. Milhões de subsistência dos pequenos proprietários agricultores, plantar uma média de 1,4ha por família em duas ou mais parcelas de terra. A produção é baseada em uma única estação chuvosa, que abrange de setembro a dezembro na maior parte do país, e, na sua maioria, não usa mecanização ou tração animal, e utilizam níveis relativamente baixos de insumos melhorados, como sementes melhoradas ou fertilizantes. Por exemplo, o fertilizante médio A taxa de aplicação de Angola era inferior a 5 kg por hectare em 2005. Isto é baixo mesmo em comparação com a média de África de 13 kg por hectare é muito baixa em comparação com as médias em outras partes do mundo. A degradação dos recursos terrestres de Angola tornou-se uma

questão de preocupação. Huambo é a província mais afetada pela degradação da terra em Angola, e todas as províncias mostram algum grau de degradação. As principais causas para isso são práticas agrícolas insustentáveis, o excesso de pastoreio de pastagens e desmatamento e o uso insustentável dos recursos florestais e o desmatamento. A erosão resultante do solo, a perda de fertilidade do solo e o desmatamento têm graves impactos negativos sobre produtividade agrícola, segurança alimentar e meios de subsistência rurais. Eles também aumentam a vulnerabilidade de sistemas alimentares e meios de subsistência rurais para inundações e secas (FAO, 2017).

É preciso destacar a importância do agronegócio na economia. Este tipo de agricultura é voltado exclusivamente para o comércio, e pode ser responsável por crescentes exportados considerável na balança comercial do país, e até certo ponto responsável por parcelas do PIB.

Está vinculada com o objetivo de produzir alimentos para atender à demanda do mercado no âmbito interno e externo de uma determinada região ou país. Transcende a própria atividade agrícola rural, que recebe grande mecanização e profissionalização do setor (REBOUÇAS, 2014, s/n).

O agronegócio tem sido promovido também por empresários que podem ser classificados em três categorias distintas. A primeira é constituída por empresários que ocupam posições de destaque no Governo e outras instituições, beneficiam de fácil acesso a fundos e outros bens públicos, podendo estar associados a empresários estrangeiros, a tempo muito parcial. A pecuária de bovinos de corte, a avicultura e as culturas de milho e de feijão, bem como os horti-frutícolas, constituem o núcleo central das atenções dos empresários desta categoria. A segunda categoria compreende empresários privados a tempo inteiro, sendo a agricultura uma atividade complementar de outras. Beneficiam de créditos, de bancos públicos ou comerciais, e “subsídios” de vários tipos, traduzidos na aquisição de bens e equipamentos em empresas ou instituições públicas, “isenções” de taxas e impostos, entre outros. A maior parte destes empresários dedica-se à pecuária de corte nas províncias do Sul, numa estratégia de investimento a prazo, como fazem os criadores de caprinos tradicionais, malgrado as dificuldades de acesso a assistência técnica. Uma terceira categoria, que começa a emergir e se apresenta em número bastante menor, compreende empresários que canalizam para a agricultura capital excedentários de

outras atividades e que fazem recurso a tecnologias modernas, conseguindo resultados mais compensadores, em domínios como a pecuária, as hortícolas e as fruteiras, principalmente a banana (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

O objeto principal é a produção de milho e feijão, tem assistência técnica de especialistas brasileiros contratados individualmente e os resultados do milho são tecnicamente considerados os melhores na atualidade em Angola (cerca de 5 toneladas por hectare). O Estado procura promover e expandir o agronegócio, através de outras estratégias. Uma delas é a reabilitação e/ou construção de perímetros irrigados, infraestruturas públicas colocadas à disposição dos agricultores interessados na produção agropecuária, geridos pela Sociedade de Perímetros Irrigados (SOPIR, S.A.), uma empresa de direito privado e capital públicos, em parceria com terceiros e mediante contratos de exploração em regime de direito de superfície com agricultores ou empresários interessados. Atualmente estão funcionais os Perímetros da Matala e de Ganjelas, ambos na província da Huíla, e de Caxito na província do Bengo, nos quais foram investidos mais de 100 milhões de dólares nos últimos cinco ou seis anos, e estão previstos mais três, no Waku Kungo (Kwanza Sul), Dondo (Kwanza Norte) e Luena (Moxico). A sobreposição de critérios políticos em relação aos de ordem técnica ou financeira na seleção dos agricultores que beneficiam de parcelas nos Perímetros tem merecido reparos, tornando muitas das parcelas pouco produtivas apesar dos investimentos realizados (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

## 5.8 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS ANGOLANOS

O longo conflito civil em Angola resultou na destruição generalizada da infraestrutura rural, serviços sociais e capacidade produtiva. Juntamente com a perda pós-independência de especialistas pessoal e o colapso das redes de financiamento e comercialização rural, institucional agrícola. A capacidade em todos os níveis foi gravemente afetada, incluindo a pesquisa e extensão, bem como para marketing. As exportações agrícolas de produtos como o café e o sisal praticamente cessaram a produção foi reduzida para a maioria dos níveis de subsistência. O sistema de pesquisa e extensão agrícola é fraco e representa um grave impedimento para a introdução e adoção de tecnologias e práticas melhoradas ao longo da cadeia de valor

agrícola. Também são fracos sistemas de armazenamento, marketing e segurança alimentar, todos os quais são essenciais para o comércio agrícola e a prestação confiável de alimentos seguros e produtos agrícolas. A guerra também interrompeu as empresas do setor privado na agricultura com impactos negativos no armazenamento agrícola, comercialização, processamento e distribuição de insumos (FAO, 2017).

Segundo Azevedo (2013) A comercialização é a parte essencial da produção agropecuária. É nela que os esforços de aumento de produtividade e redução de custos, obtidos na produção, podem ser ou não realizados. As perdas decorrentes de uma comercialização deficiente podem ser grandes o suficiente para inviabilizar uma atividade produtiva, o que coloca as decisões de comercialização entre as principais atividades gerenciais. Entretanto, numa visão mais limitada, a comercialização agrícola pode ser pensada como um simples ato do agricultor que consiste na transferência de seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está inserido. Esta é uma visão tradicional da comercialização agrícola, definida pela transferência de propriedade do produto num único ato após o processo produtivo, ainda dentro ou logo depois dos limites da unidade de produção agrícola. Entretanto, a comercialização agrícola pode (e deve) ser entendida de forma bem mais abrangente, como um “processo contínuo e organizado de encaminhamento da produção agrícola ao longo de um canal de comercialização, no qual o produto sofre transformação, diferenciação e agregação de valor” (MENDES; PADILHA JUNIOR; JOÃO, 2007 apud WAQUIL; MIELE; SHULTZ, 2010, p.8).

## 5.9 PROBLEMAS ATUAIS E POTENCIALIDADES

O ministério da agricultura e desenvolvimento rural em (MINADER, 2013) 2013 apresentou gargalos que dificultam a ampliação do setor agrícola de Angola, tais problemas surgiram devido ao conflito armado que assolou a atividade agrícola, a vida econômica e social, trazendo continências à prosperidade rural e na garantia nutricional humanitária de Angola. As dificuldades que o país tem enfrentado diminui a competitividade da agricultura em relação aos produtos importados, associada também pelo baixo nível de recursos atribuídos ao setor. Não obstante disso, o Governo Angolano tem procurado analisar todas essas dificuldades, dando a devida atenção ao setor agrícola com os programas já existentes de forma a recuperar as

suas incumbências, preencher as lacunas de um modelo de planejamento e assim tornar as atividades agrícolas mais eficientes.

O quadro abaixo apresenta alguns dos problemas e potencialidades existentes na agricultura Angola no período de 2009 a 2013.

Quadro 2 - Problemas e potencialidades 2009 a 2013

Problemas	Potencialidades
<p><b>Restrições Estruturais Ao Desenvolvimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança alimentar (impacto físico)</li> <li>- Vida econômica e social (Pobreza)</li> <li>- Disseminação de minas terrestres</li> <li>- Insegurança civil</li> <li>- Aplicação inadequada de recursos</li> </ul>	<p><b>Aspectos Físicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planalto central (recursos hidrográficos superficiais e subterrâneos)</li> <li>- Formações graníticas e gneisse</li> <li>- Solos (oxisoils, alfisoils e utisoils).</li> </ul>
<p><b>Destruição De Infraestrutura E Capacidade Produtiva</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estradas, energia, Saúde, Educação (ineficiente).</li> <li>- Redes de comercialização destruída</li> </ul>	<p><b>Terra arável disponível</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 47% da superfície de terra do país, 35.000.000 ha disponível atividade agrícola.</li> <li>- 16% estão a ser atualmente explorado, ou seja, 5.700.000 ha.</li> </ul>
<p><b>Sobrevalorização Da Taxa De Câmbio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambiente macroeconômico caracterizado por maior estabilidade do Kwanza com relação o dólar</li> </ul>	<p><b>Potencial Do Mercado Interno</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Geração de emprego</li> </ul>
<p><b>Instituições Frágeis E Falta De Pessoal Capacitado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fracos incentivos e inexperiência as instituições públicas</li> </ul>	<p><b>Disponibilidade De Recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Receitas das exportações do petróleo e diamantes</li> </ul>
<p><b>Sistema De Investigação Agrária Deficiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de planejamento e organização</li> <li>- Falta de infraestruturas, recursos de comunicação e gestão de informação</li> </ul>	<p><b>Conjuntura Internacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduções de barreiras comerciais</li> <li>- Barreira não tarifaria</li> </ul>

Fonte: Adaptado de MINADER (2009-2013).

Diante do panorama observado percebe-se que Angola possui um potencial que tem a ver com a sua base de recursos naturais. Tanto a terra como a água são de fatos abundantes.

A porção preeminente do mercado interno provida pelos produtos importados oferece oportunidades para a substituição das importações, enquanto que as receitas relativamente elevadas oriundas das concessões petrolíferas oferecem a oportunidade para financiar o desenvolvimento rural, pela via do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Com uma grande parte do abastecimento alimentar proveniente de produtos importados, existe um potencial considerável para expansão da produção para substituir as importações, apesar das condições macroeconômicas relativamente desfavoráveis. Este potencial é particularmente forte para o milho, a carne e as hortícolas, tendo todos eles sido tradicionalmente produtos com uma produção significativa em Angola. Embora não seja claro se o País ainda mantém a vantagem competitiva que detinha há 20-30 anos nas culturas de exportação como café, algodão ou cana-de-açúcar, a abertura da economia, a integração da comunidade da SADC e a expansão das ligações de transportes com a Europa, oferecem um potencial para o desenvolvimento de novos produtos para exportação, onde se pode destacar igualmente a produção de produtos geradores de biocombustíveis (etanol e biodiesel).

As características do mercado global favorecem produtos associados a altas tecnologias, altas produtividades, rápida liberalização e poderosas estratégias de marketing de multinacionais, que não priorizam produtos sem estas características designadamente produtos com taxas de exportações baixas. Há tendência para a utilização da terra na produção de biocombustíveis eventualmente em conflito com a produção alimentar, estimulada pelas demandas dos países ricos, o que tem aumentado o preço de produtos alimentares como o milho e não só. Os produtos agrícolas não processados ou semi-processados apresentam uma tendência de redução e volatilidade dos preços. Mas, há produtos mais nobres, como carnes e frutas que mantêm preços estáveis ou mesmo crescentes, o que representa oportunidades para exportações.

Com tudo, no setor rural o emprego reivindica menores qualificações e seu custo é relativamente mais barato que o emprego industrial, com isso pode se estimar uma retoma crescente da atividade agrícola e da geração de empregos. Isso poderá levar a uma redução da desigualdade social no País.

A figura 2 apresenta as grandes regiões agrícolas de Angola repartida em 5 partes.

Figura 2–Grandes regiões agrícolas de Angola



Fonte: MINADER (2018).

**Região I-** corresponde à zona litoral norte com economia de sequeiro baseada na mandioca e no milho e com o aproveitamento das faixas aluvionares dos principais rios, aparecendo à pesca continental e de costa com relativa importância.

**Região II-** Predomínio da cultura da mandioca como base alimentar da população e com excedentes comercializáveis, complementada por culturas anuais para consumo e mercado e por plantações de café e palmar.

**Região III-** Predomínio da cultura do milho como base alimentar e como produto com forte participação mercantil, completada por outras culturas anuais para o mercado.

**Região IV-** Produção agrícola com base na mandioca a norte e em cereais no Sul, incluindo tendo zonas orizícolas de sequeiro, tendo como componente muito importante da economia doméstica a recolha, a caça e a pesca.

**Região V-** Zonas de características agropastoris, com base na criação de bovinos e sendo a agricultura dominada por cereais principalmente para o auto consumo, havendo em algumas zonas planálticas excedentes de produção de cereais para o mercado.

O território nacional de Angola é coberto por inúmeras bacias hidrográficas, caracterizadas por rios e respectivos afluentes que se estendem ao longo do país. Esta situação privilegiada para a prática da atividade agrícola tem sido pouco explorada na medida em que não se tem construído infraestruturas de para canalizar as águas dos rios para as zonas onde ocorrem as atividades agrícola e pecuária, limitando-se o fornecimento às regiões nas margens destes cursos naturais de água.

Observa-se que algumas das principais culturas agrícolas são predominantes em duas ou três regiões, seria importante se o Governo Angolano criasse políticas públicas, a operacionalização de ferramentas e a rótula de procedimentos com cenário a constituição de uma atmosfera econômica propícia para o seguimento das metas estabelecidas para o setor de modo a explorar tais culturas, e assim haverá progressos significativos no aproveitamento das grandes potencialidades do país.

## 6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do desempenho da agricultura angolana e sua inserção no comércio internacional no pós-guerra angolano. Ao longo dos anos o setor agrícola de Angola tem vindo a crescer e é apontada como a principal saída para a diversificação da economia nacional, a agricultura é ainda um meio de sustentabilidade e desenvolvimento regional. Sendo ainda, que o setor foi muito afetado negativamente pelo período de guerra, sendo as áreas rurais as mais afetadas, com a destruição de muitos campos e áreas cultivadas e emigração dessa população.

Diante do analisado em termos de balança comercial de alimentos agrícolas, ainda é desigual, há uma predominância de importações. A balança comercial de alimentos agrícolas até então se apresenta deficitária, apesar do crescimento, o déficit vem aumentando significativamente. Com tudo há uma potencialidade diante dos dados visto que o peso das exportações recai sobre o óleo de palma, mais sua produção ainda parece insuficiente.

Com a elaboração e execução de programas que visam financiar e dar apoio à agricultura empresarial e agricultura familiar, o estado angolano vem prestando a devida atenção no setor, principalmente de forma a criar fontes de produção em escala para alcançar as formas de abastecer o mercado interno e conquistar o mercado externo. Frente ao que se verificou na análise, é importante afirmar o papel da agricultura familiar, como principal meio de abastecimento do mercado nacional e apostar no agronegócio para dar apoio ou tampar as lacunas e voltar-se na exportação em grande escala.

Consegue-se observar que o país vem enfrentando vários problemas estruturais, sendo que os canais utilizados na comercialização são debilitados, e merece a devida atenção de forma a alcançar melhorias. Entretanto seria benéfico o investimento na construção de vias de escoamento de mercadorias, centros de comercializações, construção de portos de cargas entre outros.

Infelizmente a infraestrutura em Angola ainda é um problema, não existem vias ao trânsito eficientes para transporte de mercadorias agrícolas, ainda tem um sistema de investigação agrária deficiente, e falta de pessoas capacitadas. Porém frente ao panorama visto precisaria ter uma política pública mais focada para isso.

Esse trabalho identificou que agricultura angolana é uma agricultura de capacidade que possui um maior potencial que tem a ver com a sua enorme, base de recursos naturais. O território nacional é coberto por inúmeras bacias hidrográficas. Esta situação é privilegiada para a prática da atividade agrícola, porém tem sido pouco explorada na medida em que não se tem construído infraestruturas para canalizar as águas dos rios para as zonas onde ocorrem as atividades agrícola e pecuária, limitando-se o fornecimento às regiões nas margens destes cursos naturais de água.

Em geral, Angola ao melhorar sua capacidade de desenvolvimento tecnológico na agricultura, o país irá construindo simultaneamente resultado útil tanto para os produtores via aumentos contínuos na oferta de alimentos básicos como para a população em geral, em função do barateamento dos alimentos associado ao aumento de produção. À medida que o ambiente social, político e econômico se tornam mais propício, e que as infraestruturas de auxílio à produção se tornam operacionais, e com aplicação de políticas públicas em diversos subsetores da agricultura presume-se uma aquisição crescente da atividade agrícola e da geração de empregos. Isso poderá gerar um fenômeno inverso ao do êxodo rural, principalmente nas populações periurbanas. A reabilitação da rede viária constitui um importante fator de catálise para desencadear e sustentar este processo.

## REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2009. Disponível em: <[http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar - Iara Altafin - 2007\\_0.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar - Iara Altafin - 2007_0.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- ANGOLA. Portal oficial da República. **Perfil de Angola**. 2015. Disponível em: <<http://www.angola.gov.ao/opais.aspx>>. Acesso em 28 set. 2017.
- ARBAGE, Alessandro Porporatti. In: **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. rev.- Chapecó: Argos, 2012. Acesso em: 14 de nov. de 2017.
- AZEVEDO, Paulo. Comercialização de produtos agroindustriais. In: BATALHA, MÁRIO Otávio. (Coord.) **Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindústrias**. 3. ed. 7. Reimpr, São Paulo: Atlas, 2013. p.63-112.
- BANCO MUNDIAL. **Agricultura e alimentos. Washington**, 2017. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/topic/agriculture/overview#1>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- BATALHA, Mário Otávio; ANDREA, Lago da Silva. Gerenciamento de sistemas agroindustriais. In: BATALHA, MÁRIO Otávio. (Coord.) **Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindústrias**. 3. ed. 7. Reimpr, São Paulo: Atlas, 2013. p.2-60.
- BERTO, André Rogério. **Barreiras ao comércio internacional. In: Congresso virtual Brasileiro de administração, 04,2007, Brasília. Barreiras ao comércio internacional. Online**. Disponível em: <<http://www.convibra.org/2004/pdf/65.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 22 nov.2017.
- \_\_\_\_\_. **Política externa**<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/119-fundo-monetario-internacional>>. Acesso em: 22 nov.2017.
- BRASIL. **Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003**: Presidência da República Casa Civil. Brasil, 23 dez. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio. ALVES, Eliseu. SILVEIRA, José Maria Da. NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CEIC, Centro de Estudo e Investigação Científica. **Relatório Econômico de Angola 2016.** 2017. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/06/Apresentação-do-Relatório-Económico-de-Angola-2016.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CIA, Central Intelligence Agency. The World Factbook. **ÁFRICA: ANGOLA.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CHOVA Jorgina e SABINO Margarida. Conceito de Agricultura. In: **Geografia 12.ª Classe.** 1ª ed. Luanda: Textos Editores, LDA, 2008. Acesso em: 15 de out.2017.

CORREIA, Augusto Manuel. **A agricultura familiar versus a agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP.** In: Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas, Fundação Fio-Cruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Rio de Janeiro, 2013, p. 119-133. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10738/1/REP-Correia%20M.-A%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf> Acesso em: 18 mar. 2018.

CUNHA, André Moreira et al. **A ascensão da China depois da crise financeira global: uma perspectiva brasileira.** Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2012.

DA SILVA, Graziano. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2. Ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

DA SILVA, Ana Rosa. **Fundamentos de Comércio Exterior.** In: **Técnico em Logística e Fundamentos de Comércio Exterior.** Especial, ano 2014, p. 05, 2014. Disponível em: <<https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/Cadernod eLogisticaFundamentosdeComrcioExteriorRDDI.pdf> > Acesso em: 01 out.2017

EHLERS, E. Agricultura **sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA ANGOLANA NA ÁUSTRIA, CROÁCIA, ESLOVÊNIA E ESLOVÁQUIA. **Perfil do país.** 2014. Disponível em: <<http://www.embangola.at/dados.php?ref=Principais%20Sectores%20da%20Economia>> Acesso em: 20 de out.2017.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **A Situação da Segurança Alimentar Ainda é precária para grandes setores da população.** Angola (1997). Disponível em: <<http://www.fao.org/NEWS/GLOBAL/GW9712-e.htm>> Acesso em 17 de out.2017.

FAO. **Food and Agriculture Organization**. Disponível em:  
<<http://www.fao.org/home/en/>>. Acesso 17 de out.2017.

FAO. **Futuro sustentável requer alinhamento entre alimentação saudável e segurança alimentar**. Disponível em:  
<<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1056535/>>. Acesso 18 de nov. 2017.

FAOSTAT. Base de dado do valor e produção agrícola. **Value of Agricultural Production**. 2017.

Disponível em:

<<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QV>>. Acesso em: 22 nov. 2017.  
<[http://fenixservices.fao.org/faostat/static/documents/QV/QV\\_e.pdf](http://fenixservices.fao.org/faostat/static/documents/QV/QV_e.pdf)>Acesso em: 22 nov. 2017.

FENDT, Roberto. Cadeias globais de valor: uma sucinta introdução. Dossiê A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor, **CEBRI**, Rio de Janeiro, Edição Especial, v. 2, ano 13, p.10-14, 2014. Disponível em:  
<<http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf>>. Acesso em: 27 set.2017.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Agricultura Orgânica**. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32349/1/AgriculturaOrganica.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

FREITAS, Eduardo de. "Agricultura". **Brasil Escola**. Disponível em  
<<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-5.htm>>. Acesso em: 13 out. 2017.

GASQUES, José, FILHO, José, NAVARRO, Zander. **A Agricultura Brasileira: Desempenho, desafios e perspectivas**. In: BARROS, Geraldo. **Política agrícola no Brasil: Subsídios e Investimentos**. Brasília IPEA, 2010. P.10 a 293.

GUEDES, Antônio; TORRES, Danielle; CAMPOS, Sílvia. Sustentabilidade e Sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, 1ª edição, P. 117-146, 2014. Disponível em:  
<[https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf)>  
Acesso em: 11 out.2017.

HENRIQUES, Lucinda Sobral; LEANDRO, Manuela. **Introdução à Economia 12ª Classe**. Luanda: Porto Editora, 2012.

INMETRO. **Barreiras Técnicas as Exportações**. 2009. Disponível em:  
<[http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Manual\\_BarrTec2009.pdf](http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Manual_BarrTec2009.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

INMETRO. **Barreiras Técnicas - Conceitos**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/barreirastecnicas.asp>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

JOVER, Estefânia. PINTOS, Anthony Lopes. MARCHAND, Alexandra. **Perfil do Setor Privado do País**. Angola 2012. Disponível em: <[https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-\\_Shared-With-OPEV\\_/Angola%20-20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Version%20Portugaise.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-_Shared-With-OPEV_/Angola%20-20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Version%20Portugaise.pdf)> Acesso em: 18 de out.2017.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estud. av.** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61, dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MEDEIROS, Moacyr de Franco. **Do GATT à OMC – Utopia do Livre Comércio**. Disponível em: <[http://www.estacio.br/mestrado/administracao/publicacao/cad\\_discente/arquivo/cad13.pdf](http://www.estacio.br/mestrado/administracao/publicacao/cad_discente/arquivo/cad13.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **A Organização Mundial do Comércio**. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 22 nov.2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL (MINADER). **Plano de Desenvolvimento Agrícola de Angola** Disponível em: <<http://www.minagri.gov.ao/>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1124Cadeias\\_globais\\_de\\_valor\\_e\\_os\\_novos\\_padroes\\_internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1124Cadeias_globais_de_valor_e_os_novos_padroes_internacionais.pdf)> Acesso em: 24 de out. 2017.

PACHECO, Fernando; CARVALHO, Leonor Da Silva; HENRIQUE, Pedro Damião. **Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana. In: Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. 2º, 2013, Luanda. Ed. Universidade de Évora, pag.311- 343.** Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9386/1/agricultura%20ela.pdf>> Acesso em 24 de out. 2017.

PACHECO, Luís Miguel; LOTE, Ezequiel; TAVARES, Fernando Oliveira. **Empresas agrícolas e desenvolvimento econômico**.

Potencialidades **da província do Huambo, em Angola**. Pág.1053, outubro. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/viewFile/4998/308>> Acesso em: 28 abr. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é Agronegócio?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm>>. Acesso em: 24 out.2017.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca e Documentação, 2001. 41 p. (Série Produtor Rural, Edição Especial). Disponível em: <<http://www4.esalq.usp.br/biblioteca/sites/www4.esalq.usp.br/biblioteca/files/publicacoes-a-venda/pdf/SPR%20Agricultura%20Organica.pdf>>. Acesso em: 17 out.2017.

PEREIRA, Álvaro. Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional, **Revista Angolana de Sociologia**, n.8, p.63-85, 2011 Disponível em:<<https://journals.openedition.org/ras/519>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

REBOUÇAS, Fernando. **Agenda pesquisa**. Disponível em: <<http://agendapesquisa.com.br/agricultura-comercial/>> Acesso em 17 de out.2017.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. 2015. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>> . Acesso em: 29 abr. 2018.

REPÚBLICA DE ANGOLA (2010) – **Relatório Fundamentado do Orçamento Geral do Estado** (OGE 2011). Disponível em: <<http://www.parlamento.ao/documents/31354/0/Or%C3%A7amento+Geral+do+Estado+2011>>. Acesso em: 11 out. 2017.

SILVA, Juniele Martins. **AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DA COMUNIDADE CRUZEIRO DOS MARTÍRIOS – MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)**. 2009. Disponível em:<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais/XIXENGA/artigos/Silva\\_JM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais/XIXENGA/artigos/Silva_JM.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SILVA, Vânia. **Agricultura Moderna**. Disponível em: <<http://www.bio4life.pontogdegiro.com/index.php/component/content/article/22-producao-alimentar/135-agricultura-moderna>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. – São Paulo: Saraiva 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. In: **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIDAL, Wanessa Pires Garcia. MARTINEZ, Rogério: **Geografia**. 4º ano. São Paulo, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro pág. 44, outubro. 2003. p. 43. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/201508131510571829754591.pdf>> Acesso em 14 de Nov. 2017.